



Transformação de Conflitos e Trabalho em Prol da Paz

Quadro de orientação da Diaconia Ecumênica

Ficha Técnica

Editor:

Diakonisches Werk der EKD e. V.

para a Ação "Brot für die welt"

e Diakonie Katastrophenhilfe

Stafflenbergstraße 76

D-70184 Stuttgart

Alemanha

Telefone: ++49 711/2159-568

E-Mail: info@brot-fuer-die-welt.de, info@diakonie-katastrophenhilfe.de

www.brot-fuer-die-welt.de

www.diakonie-katastrophenhilfe.de

Redação: Martin Petry, Barbara Müller, Dr. Klaus Seitz

Layout: Jörg Jenrich

Resp. segundo o direito de imprensa: Thomas Sandner

Tradução: Ana Maria Teixeira Moreno

Foto da capa: Paul Jeffrey

Art.Nr.: 129 600 380

Stuttgart, julho 2010

Transformação de Conflitos e Trabalho em Prol da Paz

Quadro de orientação da Diaconia Ecumênica

Prefácio	7
Introdução	8
1 O contexto do quadro de orientação	11
1.1 A Diaconia Ecumênica e a sua missão	11
1.2 Potencial de paz dos atores religiosos	12
1.3 Desafios atuais	13
2 A mudança dos contextos e do trabalho em situações de conflito	16
2.1 A guerra fria de 1954 a 1989	16
2.2 A ruptura ocorrida em 1989 e o dividendo da paz não cumprido	18
2.3 A partir de 2001: A guerra contra o terror – segurança ao invés de paz	20
3 Orientações básicas: O que queremos alcançar em contextos de conflito e violência?	22
3.1 Transformação de conflitos	22
3.2 Potenciais locais de paz	23
3.3 Justiça de Gênero	23
3.4 Orientação para os direitos humanos	25
3.5 Ajuda humanitária – uma contribuição para a paz	26
4 Consequências para a nossa atuação	28
4.1 Sensibilidade para conflitos vivenciada	28
4.2 Diálogo e Qualificação	29
4.3 Diversidade no apoio financeiro: Pessoas – Organizações – Redes	30
4.4 Advocacia e incidência de políticas	31
4.5 Relações públicas e processos de aprendizagem ecumênica	33
5 Prioridades regionais e temáticas	35
5.1 Prioridades regionais	35
5.2 Prioridades temáticas	35
6 Do quadro de orientação para a ação	37
Anexo: Prioridades regionais	38
Bibliografia	44

Prefácio

O empenhamento em prol da paz baseado na motivação cristã não é um fato recente – ele fundamenta-se no testemunho bíblico, de que a atuação do Senhor sempre foi determinada por “Pensamentos de Paz” (Jeremias 29:11). Essa paz abrange o ser humano na sua totalidade em todas as esferas da sua vida e, nessa perspectiva, foi criado em 2006 um posto de assessor para a gestão de conflitos civis na Unidade da Diaconia Ecuménica. Procurou-se assim dar resposta a numerosas reações e solicitações das organizações parceiras, para as quais os conflitos, sobretudo os que são disputados de forma violenta, cada vez mais se tornam um problema do cotidiano. As mudanças da situação política a nível mundial, a facilidade do acesso a armas, novas causas de conflitos, novas formas de cooperação entre as esferas civil e militar – tudo isto alterou o quadro da cooperação para o desenvolvimento.

O presente guia de orientação é um primeiro passo no sentido de reagir às alterações da situação não apenas caso a caso, mas sim através de uma abordagem sistemática ao tema. Ele retoma as reações e sugestões das organizações parceiras e procede a uma análise da situação quanto às alterações das condições gerais. Um agradecimento especial aos membros do grupo de trabalho “Gestão Civil de Conflitos” pela coordenação deste projeto e pela redação do guia de orientação sob a direção de Martin Petry. Agradecemos ainda aos parceiros e aos Departamentos da Diaconia Ecuménica a sua participação ativa na elaboração do mesmo.

No próximo passo deverá ser examinada a aplicabilidade do guia de orientação e ser feita uma sondagem mais exata ao já mencionado potencial dos atores eclesiais. Para isso, os/as colegas dos Departamentos “Projetos e Programas”, “Políticas e Campanhas” e da Diakonie Katastrophenhilfe (Diaconia – Ajuda de Emergência) deverão, no âmbito das relações de trabalho existentes, continuar o diálogo com os parceiros sobre o tema “Gestão Civil de Conflitos” e recolher sugestões para o aprimoramento do presente documento, visando a elaboração de uma política.

O guia de orientação foi traduzido para Inglês, Francês, Espanhol e Português, de modo a facilitar um diálogo transfronteiras. Esperamos pois, através deste guia de orientação, promover um diálogo fértil e obter novas sugestões tendo em vista o desenvolvimento de uma estratégia comum, envolvendo o Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento (EED), na área da Gestão Civil de Conflitos.

Stuttgart, julho 2010

Dr. Klaus Seitz
Diretor do Departamento de Política e Campanhas
Brot für die Welt

Introdução

Quadro de orientação para a transformação de conflitos

“Dirija nossos passos no caminho da paz”. Esse pedido a Deus segundo Lucas 1, 79 tem dois mil anos, mas não perdeu a sua atualidade para o trabalho da Diaconia Ecumênica. Esse pedido mostra que estamos buscando e que é nosso dever permanecer em busca do caminho para a paz.

A Diaconia Ecumênica considera-se parte de uma comunidade ecumênica mundial que há muitos anos se empenha de diversas maneiras pela paz e justiça. Assim, desde os anos 50 do século passado, a Diaconia Ecumênica e seus parceiros se empenham em prol da paz, tendo contribuído em muitas situações para a busca de caminhos para a paz.

Em seu documento fundamental “Den Armen Gerechtigkeit” (Justiça para os Pobres. Diakonisches Werk der EKD, 2000), nos planejamentos estratégicos dos diferentes departamentos e na prática de apoio, o trabalho para superar a violência e em prol da paz é da maior importância. No entanto, até o momento não existe uma orientação formulada sobre essa prioridade. O presente documento visa fechar essa lacuna, dando uma orientação concreta para o trabalho e para os colaboradores da Diaconia Ecumênica no vasto campo do trabalho em prol da paz. Dessa forma, a Diaconia Ecumênica pretende qualificar e divulgar os seus esforços nesta área. Ela vê no processo de reflexão e na aplicação desse quadro de orientação uma contribuição para a “Década para a superação da violência” do Conselho Mundial das Igrejas. Com essa Década, o Conselho Mundial das Igrejas criou um espaço para a reflexão e uma plataforma para ações conjuntas

“a fim de descolocar a criação da paz da margem para o centro da vida e do testemunho da

Igreja e alcançar alianças mais fortes e uma melhor compreensão entre as igrejas, redes e movimentos que objetivam uma cultura da paz”.¹

Seguindo o objetivo da Década, este quadro de orientação pretende “tratar de forma holística o amplo leque de violência direta e também a violência estrutural doméstica, nas comunidades e no plano internacional, aprender através de análises locais e regionais da violência e encontrar caminhos para superá-la.”

No âmbito deste documento, o tema da “violência doméstica”, como desafio e campo de ação da Diaconia Ecumênica, não será tratado de forma detalhada. As experiências e recomendações referentes a essa questão estão documentadas no documento publicado em 2007 “Häusliche Gewalt überwinden (Superar a violência doméstica. Diakonisches Werk der EKD, 2007).

O trabalho da Diaconia Ecumênica é profundamente influenciado pelos seus parceiros. Como tal, também o presente documento faz parte e é uma primeira etapa de um processo no qual os colaboradores e as organizações parceiras participam de forma distinta.

Muitos parceiros vivem e trabalham em países marcados por conflitos violentos. Nos últimos anos, esses parceiros e os colaboradores da Diaconia Ecumênica cada vez mais analisaram quais os efeitos da violência e dos conflitos armados para os programas e quais os efeitos dos programas para os conflitos. Eles desenvolveram e colocaram em prática programas e atividades que contribuíram para gerir conflitos sem violência e para superar a violência. Suas recomendações e sugestões, seus conhecimentos e experiências estão aqui incluídas.

O quadro de orientação pretende abordar discussões conceituais, conhecimentos e caminhos para superar a violência e para uma gestão civil de conflitos. Um problema no diálogo e na redação do documento foi e ainda é a grande diversidade dos conceitos utilizados no trabalho pela paz, que pode gerar confusão.

¹ Veja: <http://gewaltueberwinden.org/de/ueber-die-dekade.html>

No presente quadro de orientação utilizamos o conceito “conflito” com um significado amplo, como uma disputa entre indivíduos ou grupos por objetivos aparentemente incompatíveis. Todavia, conflito não pode ser confundido com violência, pois em sua forma construtiva, o conflito pode ser um motor para mudanças, inevitável e criativo. Somente quando há uma escalada de conflitos e as partes em conflito usam a violência, o potencial destrutivo dos conflitos se desenvolve.

Mesmo que tenhamos um entendimento amplo do conflito, o objetivo do presente quadro de orientação é saber como realizar nosso trabalho em contextos em que os conflitos são resolvidos de forma violenta, ou seja, saber como a Diaconia Ecumênica e seus parceiros poderão contribuir para superar a violência. Usamos propositadamente o conceito da “transformação de conflitos”, um termo e conceito que, em contextos violentos, visa o desenvolvimento e a criação de novas relações e estruturas sociais mais justas. A transformação de conflitos pretende excluir a violência e permitir que haja conflitos, sem que seja necessário temer a violência.

O presente quadro de orientação formula um primeiro posicionamento, que deverá continuar a ser desenvolvido posteriormente, de forma dinâmica. Os caminhos para a transformação de conflitos armados que já existem há longo tempo, como em Darfur, na Colômbia, em Israel e nas regiões da Palestina, no Congo ou nas Filipinas muitas vezes são sinuosos, confusos e caracterizados por retrocessos. Quem procura soluções muitas vezes se sente incapaz e desorientado. No entanto, existe motivo para ter esperança, pois constantemente surgem novas idéias e abordagens e também se podem constatar sucessos.

O presente quadro de orientação baseia-se nestas experiências positivas. Ele pretende identificar e fortalecer os pontos fortes, reduzir os pontos fracos e usar as próprias possibilidades de forma consequente, apesar dos déficits e limitações. Será pois necessário dar continuidade ao presente documento.

O quadro de orientação baseia-se na experiência prática da gestão de conflitos dos parceiros e colaboradores. Um

crescente número de organizações parceiras integra em seus programas de desenvolvimento atividades que contribuem explicitamente para a superação e a prevenção da violência e a gestão de conflitos sem uso de violência. Outras organizações colocam em prática programas com o objetivo de disseminar e desenvolver instrumentos, relações, competências e instituições que deverão possibilitar a gestão de conflitos livre de violência, ou assumem diferentes papéis para a transformação de conflitos concretos.

As organizações de direitos humanos procuram formas de organizar o seu trabalho também em Estados em decomposição. Muitos parceiros já passaram por experiências profundas e adquiriram competências sobre as quais os parceiros e colaboradores desejam realizar um intercâmbio mais aprofundado.

No âmbito do processo de reflexão, os participantes trocaram e fizeram experiências, iniciaram processos nacionais e desenvolveram instrumentos. Os processos de desenvolvimento e de tomada de posição ocorrem paralelamente. Por isso, foi criado na Diaconia Ecumênica um grupo de trabalho que se ocupa constantemente desta temática.

Os colaboradores foram capacitados e, a partir dessas medidas de treinamento, foram elaborados manuais sobre análise de conflitos, tratamento de traumas, conflito e gênero. Na região da Palestina e nas Filipinas foram iniciados processos intensos de intercâmbio e de criação de redes. Foram desenvolvidos e testados instrumentos, cooperações e atividades modelo para ações com efeito público.

A Diaconia Ecumênica espera através deste processo de diálogo obter:

- orientação para seu próprio trabalho no contexto de conflitos violentos;
- melhorar a capacidade para o intercâmbio sobre a paz e a transformação de conflitos com outros atores, especialmente com o Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento;

Transformação de Conflitos I Quadro de Orientação

- maior capacidade para compreender e prever o desenvolvimento de conflitos;
- maior sensibilidade sobre até que ponto a própria ação previne ou reduz a violência;
- maior coerência, sinergia e sustentabilidade nas ações.

O quadro de orientação descreve as experiências obtidas no âmbito do trabalho e delinea as orientações básicas, recomenda ações e retrata prioridades de ação da Diáconia Eumênica na área de transformação de conflitos.

1 O contexto do quadro de orientação

1.1 A Diaconia Ecumênica e a sua missão

Os parceiros da Diaconia Ecumênica estão na linha da frente nos conflitos em seus países e enfrentam todos os desafios inerentes a esses conflitos. Nós, como Diaconia Ecumênica, queremos ser um parceiro competente para nossos parceiros. Nossos parceiros objetivam promover conflitos sociais produtivos para manter e possibilitar as chances de desenvolvimento em suas sociedades. Por outro lado, eles são confrontados com conflitos violentos, nos quais precisam proteger a vida de pessoas e cessar a violência. Nas condições mais adversas eles organizam ajuda humanitária e proteção para pessoas ameaçadas e perseguidas pela guerra e violência. Para isso precisam desenvolver procedimentos específicos, adequados a cada situação. Isso exige um elevado grau de flexibilidade e persistência. Nossos parceiros realizam este trabalho sob alto risco.

Na Diaconia Ecumênica estão reunidos atores com diferentes mandatos, formas de trabalho, experiências e perfis. Essa diversidade necessária é um ponto forte. O objetivo do presente quadro de orientação é continuar a desenvolver a diversidade dos papéis e a coerência da ação. Devemos distinguir três princípios centrais: o princípio da política de desenvolvimento, o dos direitos humanos e o da ajuda humanitária.

“Brot für die Welt” (Pão para o Mundo) está ao lado dos pobres, reivindicando seus direitos básicos e uma existência digna para o ser humano. Daí resultam forçosamente conflitos com as forças que pretendem exatamente evitar que tais objetivos se realizem. Isso não acontece somente nos países dos parceiros; na Alemanha e na Europa continuamos aproveitando as relações de poder e distribuição desiguais, que foram alteradas e agravadas com a globalização. Por isso, o nome “Brot

für die Welt” é programático e o título do documento básico “Justiça para os Pobres” descreve o desafio de interferência e conflito com os atores e as estruturas que criam e cimentam a injustiça.

No Departamento de Direitos Humanos desenvolvemos, nos anos 70, a abordagem dos Direitos Humanos. Ela apóia as pessoas que, em situações de conflito, defendem os seus direitos e os direitos de outros e que são perseguidas por essa causa. A vida destas pessoas – dos defensores e das defensoras dos direitos humanos – está frequentemente em risco. Elas ajudam às vítimas a se tornarem participantes, para, depois de fortalecidas, poderem formular as suas próprias exigências e necessidades, colocá-las na agenda política e pública e defendê-las no debate político. Os defensores e as defensoras dos direitos humanos pretendem colocar em prática os padrões dos direitos humanos. Desse modo eles alcançam mudanças sociais – uma transformação de causas e estruturas que haviam criado e mantêm situações injustas.

A Diakonie Katastrophenhilfe (Diaconia – Ajuda de Emergência) tem outro papel. Ela visa garantir que, sem qualquer discriminação, todas as pessoas tenham, conforme a sua necessidade, direito a ajuda humanitária e proteção humanitária. Aqui a Diakonie Katastrophenhilfe segue explicitamente os princípios definidos no código de conduta² para organizações de ajuda humanitária e no direito humanitário dos povos. Neste constam as obrigações das partes em conflito e das organizações humanitárias, assim como os direitos da população civil atingida pelo conflito.

Por isso, a tarefa da Diakonie Katastrophenhilfe em situações de conflito é definir as obrigações das partes em conflito e observar estas regras em suas medidas de ajuda. Ao mesmo tempo, uma série de parceiros desenvolveram princípios e estratégias que ultrapassam as três abordagens e que atualmente são descritos com os conceitos “Gestão Civil de Conflitos” ou “Transformação de Conflitos”.

² Veja: <http://www.gdrc.org/ngo/codesofconduct/ifrc-codeconduct.html>

1.2 Potencial de paz dos atores religiosos

Em seus contextos ecumênicos, a Igreja tem a vantagem única de poder se empenhar em favor da paz e justiça em todos os planos. Para isso, é necessário por um lado, conhecer o potencial de escalada das religiões e lidar com este cuidadosamente, e por outro lado, desenvolver o potencial de reconciliação e fazer valer a sua autoridade moral. Há orientações básicas, como amar o inimigo e a ausência de violência, que estão presentes em várias religiões, formando a base para o diálogo inter-religioso.

Devido ao enraizamento profundo das religiões nas estruturas da sociedade, elas têm uma alta permeabilidade e podem interligar acontecimentos locais com desenvolvimentos em outros níveis, com muita credibilidade. O acesso dos atores religiosos aos mais diversos atores de conflitos permite, especialmente em situações de conflito, assumir papéis construtivos e construir pontes.

E mais: as religiões representam o elemento da transcendência e a transformação de conflitos requer que se vá mais além do que existe no momento. A esperança de um amanhã melhor deve ter raízes mais profundas do que a brutalidade do presente. A religião pode dar às pessoas a força para resistirem, numa situação sem saída. As pessoas que se sentem amparadas por essa força sempre trilharão um novo caminho e nunca desistirão. A avaliação de diferentes iniciativas de atores religiosos (por exemplo, Weingardt 2007) demonstrou que

- os atores religiosos não têm que explicar e justificar tanto porque razão, num determinado conflito, se empenham pela paz e contra a violência. Isso ocorre até mesmo em conflitos com base religiosa. Eles podem exigir que os envolvidos no conflito tratem assuntos sensíveis;

- os atores religiosos são confiáveis também pelo fato de tematizarem camadas mais profundas como moral e responsabilidade, injustiça e justiça, culpa e perdão, mágoa e reconciliação, e até tensões interétnicas ou inter-religiosas (preconceitos, estereótipos, intolerância);

- os atores religiosos muitas vezes são considerados basicamente independentes e justos e estão menos frequentemente sujeitos a suspeitas de terem interesses individuais.

Esses aspectos tornaram-se claros para a Diaconia Ecumênica numa série de países. Em Angola, no Quênia, no México, na África do Sul e no Sudão (só para mencionar alguns exemplos) os parceiros religiosos da Diaconia Ecumênica contribuíram consideravelmente para superar a violência, em favor da reconciliação. Aqui foram criadas cooperações, formas de cooperação e iniciativas que podem dar idéias para outros contextos.

A credibilidade, o altruísmo, valores morais e éticos, integridade e capacidade de trabalhar em rede também caracterizam os atores seculares que se dedicam à gestão de conflitos. São, na verdade, um bem comum a todos os que querem assumir um papel útil na gestão de conflitos. Porém, em relação aos atores religiosos, nos últimos anos a opinião pública tem concentrado a atenção no potencial de agravamento de conflito das religiões, enquanto a força apaziguadora muitas vezes foi esquecida.

Os atores religiosos ainda parecem carecer de autoconfiança em suas capacidades para assumirem seu papel pacificador específico. Por isso, é importante chamarmos os atores religiosos a usarem e desenvolverem mais o seu potencial como forças específicas da sociedade.

Onde eles tiverem a competência, credibilidade, independência e vínculo com as partes em conflito, deverão fazer ainda mais para usarem essa capacidade e aproveitarem-na para a transformação de conflitos.

Para a Diaconia Ecumênica é óbvio que o seu potencial mais genuíno como ator eclesial para a transformação de conflitos não pode ser negligenciado, mas pelo contrário, suas próprias capacidades deverão ser ainda mais desenvolvidas.

Por esse motivo a Diaconia Ecumênica está decidida a fortalecer e apoiar iniciativas e estruturas ecumênicas nacionais e regionais em seu empenho na transformação

de conflitos, assim como a incentivar o empenho inter-religioso em favor da Paz e da Reconciliação.³

1.3 Desafios atuais

Entre os países e as regiões em que, no ano de 2007, tanto “Brot für die Welt” como a Diakonie Katastrophenhilfe apoiaram uma grande quantidade de projetos, fazem parte: em África, a Somália, a República Democrática do Congo, Sudão e o Chade; na América Latina/ Caribe Colômbia e Haiti e na Ásia as Filipinas, Indonésia, o Oriente Próximo e vários Estados da Índia. Esses países são especialmente marcados por conflitos violentos e constam há anos no barômetro de conflitos⁴ do Instituto de Pesquisa Internacional de Conflitos em Heidelberg. Nenhuma situação de conflito é igual a outra.

Os conflitos envolvem questões de poder, conflitos territoriais com países vizinhos, o acesso a recursos (como água e territórios), espaços de vida e identidade ameaçados, questões supostamente religiosas ou a exploração de matéria-prima. Cada vez mais a desigualdade econômica, corrupção e pobreza extrema propiciam a criminalidade violenta e conflitos violentos. Muitas vezes os diversos aspectos e causas do conflito estão interligados e se reforçam mutuamente.

Nesses países, a situação em relação à violência apresenta-se de diferentes formas. Em alguns países, os ataques e conflitos violentos fazem parte do dia-a-dia, noutros o potencial de violência de conflitos existentes quase não é visível. Mas a rapidez com que um conflito político se pode transformar quase numa guerra civil ficou evidente em 2008 no Quênia. Outros países estão envolvidos num conflito já manifesto, no qual há que contar periodicamente com a incidência de violência militar. A situação da segurança para parceiros que fazem trabalho de direitos humanos e de paz nesses países

é bastante precária. Os eventos de 2008 no Chade e no Quênia mostram como são importantes redes internacionais que trabalham continuamente, para poderem acionar todos os recursos em situações de crise agudas, para que, ao menos, os protagonistas da transformação de conflitos sem violência possam ser protegidos. Eles são, em muitos casos, os primeiros que sofrem danos e arriscam a vida.

A complexidade dos conflitos explica por que, para as organizações parceiras, as prioridades diferem quando se trata de transformação de conflitos. Elas referem-se a pobreza e a fome, globalização e matérias-primas, eleições e democratização. Suas preocupações são atos de violência, violência entre jovens e áreas de exclusão. Eles ajudam crianças em conflitos armados e tentam eliminar armas de pequeno porte. Após o término de guerras, engajam-se na reconstrução e no desenvolvimento de um Estado legítimo. Eles esforçam-se em prol dos direitos e da justiça para as vítimas de guerra e violência. Eles defendem uma cultura sem violência, exigem e incentivam a pedagogia da paz e buscam a reconciliação de grupos inimigos, com base na verdade e justiça. A assinatura de um acordo da paz não é garantia para uma convivência pacífica entre grupos inimigos da população. Para que, numa sociedade pós-guerra, a paz possa se consolidar e um sentimento de união se desenvolva, é necessário um amplo trabalho sobre o passado. Para isso foram desenvolvidos nos últimos anos iniciativas e conceitos que podem ser descritos com o conceito de “Transitional Justice” (ver a Plataforma Gestão Civil de Conflitos, 2007).

Os desafios para a ajuda humanitária, o trabalho de desenvolvimento, de direitos humanos e para a paz tornaram-se complexos. Atualmente esse trabalho ocorre muitas vezes num contexto de governos frágeis ou já nem existentes. Para garantir a paz a longo prazo, os

³ Além do apoio e da participação nas diversas iniciativas de nossos parceiros, isso pode ser realizado concretamente através da participação no caminho para a Convocação da Paz na Jamaica em 2011 da “Década para a Superação da Violência” e da colaboração na programada “Conferência pela Paz na área da IEA”.

⁴ Veja: www.hiik.de/de/konfliktbarometer/index.html

Transformação de Conflitos | Quadro de Orientação

direitos humanos precisam ser observados, protegidos e efetivados ativamente. É necessária uma situação democrática estável e que existam possibilidades para transformar conflitos de forma construtiva e sem violência. A paz só é possível quando se desenvolve uma sociedade civil forte, um sistema de Justiça independente, segurança social básica, finanças públicas transparentes e um sistema econômico que garanta à população uma receita suficiente. Mas em muitos países nem os atores estatais nem internacionais querem ou conseguem colocar tudo isso em prática. Para todas as abordagens de trabalho da Diaconia Ecumênica e de seus parceiros, esses contextos representam um desafio específico, que requer pesquisas e reflexões intensas.

No entanto, isso não é apoiado pela situação atual no plano internacional. Após o dia 11 de setembro de 2001 e a subsequente “Guerra contra o Terror”, a ideologização dos conflitos voltou a aumentar. Uma argumentação baseada em explicações pseudo-religiosas tenta polarizar o mundo nos “bons” e nos “maus”. Com os cenários de ameaça do terrorismo internacional e dos estados nucleares delinquentes, foi ampliado o raio de intervenção e a legitimação para a intervenção militar e as liberdades democráticas foram limitadas. Em seus países, os parceiros fazem a experiência de que seus governos instrumentalizam o combate ao terrorismo para criminalizar aqueles que lutam em favor da mudança.

A discussão sobre se as intervenções militares são um meio adequado para terminar conflitos, está a decorrer a todo o vapor. Conceitos como “intervenções humanitárias” ou a “guerra pelos direitos humanos” transportam promessas que na realidade não podem ser cumpridas. E a pressão aumenta para que abordagens civis sejam subordinadas a uma lógica geral caracterizada por um tipo de pensamento militar.

Isso também tem efeitos sobre a cooperação para o desenvolvimento, a qual tem que reagir. Segundo afirmam Misereor, EED e “Brot für die Welt” (2003) num posicionamento conjunto, as intervenções militares alteram o papel da cooperação para o desenvolvimento, se desde o início esta for projetada para o financiamento de guer-

ras. A atenção pública se desloca para a reconstrução e a ajuda humanitária, comprometendo as estratégias a longo prazo para combater a pobreza, o trabalho de direitos humanos e a construção de estruturas democráticas. Passam a contar apenas os resultados rápidos e visíveis.

A apropriação por parte de atividades militares coloca em risco especialmente as bases da ajuda humanitária. A proximidade das forças armadas representa não somente um alto risco para a segurança das equipas civis internacionais. “Além disso”, consta no mesmo posicionamento,

“em áreas de conflito, as organizações de ajuda perdem a credibilidade quando se colocam sob a proteção declarada de uma das partes em conflito e são identificadas com elas” (Brot für die Welt, EED, Misereor 2003).

Quando as organizações são identificadas com grupos militares armados, o seu princípio de apoiar soluções livres de violência para conflitos de interesses desmorona-se. É de recear que, devido ao comprometimento da independência e imparcialidade da ajuda humanitária – como se observa especialmente no Iraque - a longo prazo o direito humanitário dos povos seja menosprezado.

“Nesse caso, a comunidade dos povos não teria mais instrumentos para reduzir os efeitos aterrorizantes da violência da guerra para a população civil” (ibidem).

Assim, a Diakonie Katastrophenhilfe enfrenta o desafio de ser cada vez mais difícil prestar ajuda, especialmente em situações de violência extrema. As partes em conflito tentam abusar, comprometer e perseguir a ajuda humanitária. As intervenções internacionais militares tentam usar a ajuda humanitária para seus próprios interesses e para diluir a sua neutralidade e independência. Numa outra Declaração de 2004, “Brot für die Welt” e a Diakonie Katastrophenhilfe recusam uma apropriação em termos de que “a criação de condições de trabalho seguras para organizações de ajuda seja usada para legitimar aplicações militares”.

Evoluções do tipo da globalização aprofundam a lacuna entre os vencedores e os perdedores. As rupturas também se evidenciam ao nível das sociedades e o potencial de conflito e violência dentro delas provavelmente não diminuirá. Em países ricos em recursos formaram-se grupos que não têm interesse na paz, uma vez que a guerra lhes proporciona riqueza. Em países com guerra civil, há muito que os negócios ilegais e legais estão interligados nas denominadas “economias de violência”.

Com as mudanças climáticas e a escassez de recursos valiosos, prevê-se um agravamento dos conflitos. Sem grandes prejuízos escapam a maioria dos países da OCDE, cuja economia hoje é a principal responsável pelo aquecimento global, o qual até agora era desconhecido na história da humanidade. A América Latina, a África Austral e partes do Sul asiático serão os principais perdedores desse desenvolvimento. A exploração da matéria prima já destrói há décadas o habitat de muitos milhões de seres humanos, a mudança climática destruirá mais áreas ambientais de forma irreversível. A humanidade ainda tem um curto prazo para restabelecer as prioridades. Para que um mundo solidário seja possível, são necessárias grandes mudanças, especialmente para as pessoas do rico hemisfério norte.

Todos os seres humanos têm direito à vida e alimentação. Revoltas por fome e a explosão dos preços dos alimentos colocam em risco a realização destes direitos. Os princípios têm que se tornar direitos exigíveis. Isso significa que as pessoas do hemisfério norte precisam aprender a compartilhar, para que as pessoas no hemisfério sul possam reivindicar ainda mais os seus direitos.

Existe uma relação direta entre a rápida expansão do HIV/ SIDA e a guerra. A guerra e a violência destroem os meios de vida e as instituições de saúde, separam as famílias e incentivam a prostituição. As partes inimigas utilizam o estupro como estratégia de guerra. Tudo isso provoca a proliferação de HIV/ SIDA nas regiões onde existe guerra.

O desafio gerado por conflitos atuais e mudanças decisivas encontra um enorme eco na mídia. Ao mesmo tempo, a apresentação na mídia de conflitos e catástro-

fes determina de forma inédita onde parece haver necessidade de ação. Em geral isso não tem muito a ver com a realidade – especialmente com a dos parceiros. Os contextos quase não são explicados. As competências existentes e os esforços envidados pela paz nesses países não são divulgados. Isso gera uma imagem de destruição em muitas regiões do hemisfério sul e a impressão de que a paz é impossível de conseguir.

O presente documento pretende encorajar a realizar aquilo que é possível e a não se deixar desencorajar com estes desafios. Mas não podemos exigir demais. “Sinergia” não é somente uma palavra-chave da atualidade, ela é, nesta área de trabalho, uma necessidade indispensável. Trata-se de uma área ainda recente – o conceito da “transformação de conflitos” não tem ainda vinte anos. No entanto, os objetivos da transformação de conflitos – a paz, o desenvolvimento e a justiça – são desde sempre a orientação básica e o desafio básico para a Diaconia Ecumênica. Dependendo dos contextos do trabalho, ela seguiu-os utilizando diferentes abordagens. Mudanças básicas e amplas dos contextos fizeram com que, hoje, especialmente os conflitos violentos sejam considerados um desafio que exige abordagens próprias, como a transformação de conflitos. Seguidamente descrevemos as mudanças no contexto temporal, pois estas evidenciam de que forma a importância do campo de tensão entre desenvolvimento, paz e justiça se deslocou periodicamente. Elas evidenciam os diferentes papéis e abordagens que foram desenvolvidos na Diaconia Ecumênica. Estas experiências são a base sobre a qual é possível compreender a diversidade e desenvolver a coerência.

2 A mudança dos contextos e do trabalho em situações de conflito

2.1 A guerra fria de 1954 a 1989

As condições gerais

Após a Segunda Guerra Mundial, a Alemanha foi enquadrada na aliança das potências vencedoras do Leste e Oeste. O antagonismo entre Leste e Oeste foi determinante para a visão do mundo, para a atuação e seus limites. O armamento nuclear levou repetidamente ao risco de confrontações globais. O conflito Leste / Oeste foi usado para explicar muitos conflitos no mundo. Em geral, as guerras em outros continentes eram consideradas como guerras em representação das superpotências e os conflitos quase não eram percebidos em sua complexidade e particularidade. A ajuda para o desenvolvimento também era organizada e entendida nesse quadro generalizado de explicação. Após a Segunda Guerra Mundial foi declarada a independência de muitas antigas colônias. Em que direção estas se desenvolveriam? As opções eram praticamente limitadas pelo conflito Leste-Oeste e a busca de caminhos independentes era difícil e sujeita a sanções.

Posicionamentos e mudanças na percepção e na gestão de conflitos

Quando, em 1954, foi fundada a Diakonie Katastrophenhilfe, foi pela primeira vez institucionalizada a tarefa de prestar ajuda de emergência para o exterior seguindo a ideia: “A ajuda de emergência e de reconstrução cria a paz”. Poucos anos depois, em 1959, foi constituída em

Berlim a ação “Brot für die Welt”. Nos primeiros anos de campanhas para obter doações partia-se do princípio que, através da ajuda para o desenvolvimento, se conseguiriam grandes progressos nos países mais pobres do hemisfério sul. A ação “Brot für die Welt” foi iniciada como um “agradecimento ao mundo” – por toda a ajuda recebida para a reconstrução, após a Segunda Guerra Mundial. Foi concebida como uma ajuda inicial para o desenvolvimento, conforme o conceito de desenvolvimento do mundo ocidental.

Inicialmente, não se percebeu que o “desenvolvimento” poderia conter um potencial para causar conflitos. Isso mudou com as exigências de mudanças sociais nos anos 60. A reivindicação de participação, justiça social, oportunidades de desenvolvimento e de processos de mudanças sociais necessários levaram nos países parceiros à formação de novos atores da sociedade civil.

Um precursor e pioneiro daquilo que hoje consideramos a sociedade civil foi Paulo Freire.⁵ Sua mensagem levou à realização de programas que colocaram o ser humano no centro. As organizações de desenvolvimento e humanitárias no hemisfério norte, ainda escassas nessa época, começaram a se posicionar politicamente e a chamar a atenção para os problemas.

Havia divergência de idéias sobre a questão se e até que ponto os parceiros deveriam ser apoiados no caso de confrontos violentos. Nos movimentos e nas organizações contra a violência questionava-se até que ponto esse mesmo uso de violência com objetivo libertador poderia desencadear ou reforçar um desenvolvimento problemático. Por essa razão, esses movimentos e organizações – inspirados pelo exemplo de Martin Luther King – posicionaram-se a favor da ausência de violência. O objetivo do movimento de solidariedade então surgi-

⁵ O pedagogo Paulo Freire (1921-1997) despertou e reforçou esperanças, como poucas pessoas nesse século. Com seu princípio do diálogo, ele mostrou novos caminhos das relações entre os que aprendem e os que ensinam. Seu trabalho fortaleceu processos básicos democráticos no mundo inteiro. Foi o pedagogo dos oprimidos e declarou a pedagogia da esperança. Ele influenciou a pastoral social e a teologia da libertação na América Latina. Desenvolveu um método de alfabetização com o qual em 40 horas de aula se pode aprender a ler e escrever. Esse método despertou a ira dos ditadores contra Paulo Freire e depois do golpe no Brasil ele foi preso e exilado. No Chile ele elaborou para a UNESCO um programa de alfabetização semelhante. No Conselho Mundial das Igrejas em Genebra ele encontrou um lar por muito tempo, após o golpe no Chile.

do era a libertação e a emancipação. Ele entendia que se tratava de uma forma de paternalismo querer ditar às pessoas a sua forma de luta contra a injustiça e a opressão.

“Justiça e Paz num mundo interdependente” tornou-se o lema para a cooperação para o desenvolvimento das Igrejas, desde a Conferência Mundial das Igrejas em Uppsala, em 1968. Aqui, a relação entre a Paz e a Justiça foi formulada concretamente:

“Esse empenho pela justiça no mundo inteiro é, ao mesmo tempo, uma contribuição eficaz para a paz. Pois tanto no sentido amplo da anunciação bíblica, como na realidade política, a paz significa mais do que o cessar do fogo ou o equilíbrio constantemente ameaçado dos poderes armados. Situações injustas na área de política interna, assim como na política mundial representam uma constante ameaça à paz.”
(IEA 1973, 18)

“Desenvolver a paz”, essa foi durante muito tempo uma das mensagens centrais de “Brot für die Welt”. Os conflitos violentos eram vistos como resposta à falta de acesso ao desenvolvimento e o desenvolvimento era visto como uma alternativa pacífica à revolução.⁶ A ajuda humanitária de emergência era considerada pelo público como apolítica e por isso sem discussão – enquanto não ultrapassasse os limites ideológicos e tomasse o partido dos países ocidentais. Durante a guerra do Vietname a Diakonie Katastrophenhilfe fez, todavia, a experiência de que as pessoas de ambos lados sofriam com a guerra, violência e miséria, necessitando pois de ajuda. Foi uma “quebra de tabu”, quando estendeu a sua ajuda humanitária aos fugitivos do norte comunista.

Nos anos 70, o trabalho de direitos humanos se desenvolveu na IEA, como reação a crises políticas e sociais

no Chile, no Paraguai, na África do Sul, nas Filipinas e no Vietname. Nessa época, o trabalho se concentrou no apoio concreto a parceiros das Igrejas e das Obras.

Foi especialmente o grande número de fugitivos que após o golpe do general Pinochet no Chile imigraram para a República Federal da Alemanha, que levou em 1977 à constituição do “Departamento de Direitos Humanos na Obra Diacônica da IEA”. O objetivo principal era fortalecer os defensores de direitos humanos no local e protegê-los enquanto pessoas.

A visão sobre conflito e paz tornou-se mais diferenciada nos anos 70 e cada vez mais a paz passou a ser compreendida como um processo. No apelo da 13ª ação (1971/72) de “Brot für die Welt” consta:

“A Paz é mais do que a ausência da guerra, do que o cessar do fogo, do que o fim do desprezo pelo outro e do que o combate às causas da miséria. A paz é um processo dinâmico, no qual parceiros muito diversos procuram desenvolver e colocar em prática a justiça social, com base na dignidade humana comum.”

O “Processo conciliar para a Paz, a Justiça e a preservação da Criação” tentou tematizar as verdadeiras questões da humanidade para além do pensamento nas categorias dos blocos. Entre a sua sexta (1983) e sétima (1991) Assembléia Geral, o Conselho Mundial das Igrejas solicitou que as Igrejas, como parte da sua identidade, assumissem obrigações públicas combatendo em conjunto as ameaças à vida nos temas da Justiça, Paz e preservação da Criação. Os parceiros e os colaboradores mantinham muitos contatos com o Movimento para a Paz e com o processo conciliar.

Essa visão diferenciada não levou a medidas específicas geradoras de paz, apesar da idéia da “Paz através do

⁶ Assim, por exemplo, um anúncio de “Brot für die Welt” de 1972 informa: “Onde a injustiça, o medo existencial, a pobreza e a fome estiverem presentes, é fácil pegar numa arma. Quem não fecha os olhos diante da realidade sabe que para milhões de pessoas no hemisfério sul essa situação existe, pois não há recursos suficientes para sobreviver. Para estas pessoas há somente duas possibilidades para mudar a sua situação – através das armas ou da revolução pacífica do desenvolvimento.”

desenvolvimento” estar cada vez mais em crise. No final dos anos 80 transformou-se o conceito de desenvolvimento. Ficou claro que não se podia esperar o desenvolvimento como uma oferta, e que ele requeria participação política e ação ativa. A partir daí desenvolveu-se uma abordagem que se orientou conscientemente pelos direitos. Nesse contexto, o trabalho de conscientização no hemisfério norte passou a ser mais enfatizado, o trabalho de educação sobre política de desenvolvimento tornou-se mais importante. Direitos humanos e desenvolvimento puderam aproximar-se.

2.2 A ruptura ocorrida em 1989 e o dividendo da paz não cumprido

As condições gerais

O término da guerra fria em 1989 representou em muitos aspectos uma ruptura. O princípio de explicação utilizado até o momento para constelações de conflitos globais deixou de funcionar. Ao mesmo tempo, as superpotências cortaram os vínculos com os países que possuíam ideologias semelhantes no antigo “Terceiro Mundo”. Como consequência, muitos sofreram falência econômica e crises políticas, suas estruturas sociais e os sistemas de segurança, em geral repressivos, se desmontaram, a ordem estatal conjunta se desintegrou devido à batalha de distribuição e sobrevivência dos grupos internos. Também contribuíram para isso as receitas ocidentais de reforma para a globalização econômica, de orientar o mundo segundo o jogo livre do poder e das leis do mercado.

Por um curto período após 1990 houve a esperança de um “dividendo de paz”: as guerras na Namíbia, em Moçambique, El Salvador e Camboja puderam ser terminadas através de intermediação e, pela primeira vez em muitos anos, foram realizadas eleições democráticas. Após 1990 a dimensão ideológica e mundial dos conflitos quase não foi mais considerada. Os conflitos passaram a ser vistos como confrontos entre grupos de

poderes locais e senhores de guerra. Essa interpretação muda os papéis e as relações entre a ajuda externa e os parceiros. Sem apoiar um dos partidos em conflito, olhava-se mais a população civil, que estava entre as frentes. Ao mesmo tempo destacou-se claramente a dimensão internacional destes conflitos armados, especialmente quando se tratava da exploração de matérias primas de alto valor. Há muito que os negócios ilegais e legais em países com guerra civil estão vinculados às denominadas “economias de violência”.

Após o término da Guerra Fria a comunidade dos países se reorganizou – aqui também haviam sido suspensas as restrições ao comércio. A política alemã desenvolveu cada vez mais opções militares e tentou incluir os atores da sociedade em suas concepções.

Novas terminologias como a “catástrofe humanitária” contribuíram para mobilizar a aceitação na população. A mídia passou ter uma influência decisiva sobre se uma crise seria tematizada ou ocultada e com que enfoque. O conceito da “catástrofe humanitária” ativou a empatia, mobilizou a ajuda humanitária para as vítimas – e permitiu que os conflitos fossem despolitizados e que os contextos globais e a co-responsabilidade para esses dramas fossem eliminadas.

Por outro lado, os recentes conflitos na Jugoslávia destruída, na Somália e no Ruanda geraram uma enorme quantidade de violência. O fracasso das Nações Unidas na Somália, mas especialmente o genocídio no Ruanda, geraram muitas dúvidas sobre se é possível garantir a proteção da população civil nestas situações e como se pode evitar que as partes em conflito abusem da ajuda humanitária.

Posicionamentos e mudanças na percepção e no processamento de conflitos

Os dilemas existentes em meados dos anos 90 foram descritos por Werner Lottje⁷ da seguinte forma:

⁷ Werner Lottje (1946-2004) foi durante muitos anos diretor do Departamento de Direitos Humanos da Diaconia, co-fundador da plataforma para a Gestão Civil de Conflitos e do Martin-Ennals-Award.

“Os cenários de guerra são extremamente desencorajadores. (...) A resposta das organizações de ajuda e igrejas não pode ser o desencorajamento nem a falta de ação nas áreas políticas, mas também não pode ser somente a ajuda humanitária. (...) É também necessária a ação preventiva.”

Ele comentou ainda de forma crítica:

“As organizações de ajuda para o desenvolvimento continuam apoiando projetos, mesmo que já no dia seguinte possam estar em chamas; as organizações de ajuda de emergência só entraram em ação depois de o conflito ter sido completamente desencadeado e haver as primeiras vítimas a lamentar. Nesse momento a maquinaria de ajuda entra em ação; as organizações de direitos humanos documentam os crimes e os nomes das vítimas, procurando os culpados. O trabalho a favor dos direitos humanos é caracterizado pelo fato de frequentemente chegar atrasado. (...) O desafio para os defensores dos direitos humanos é colocar em prática seus conhecimentos através de ações preventivas.” (Lottje 1994, página 4 e seguintes)

Face à desintegração de muitos países e aos crescentes conflitos armados no interior dos países

“as possibilidades de influência diminuem conforme o caso e aumenta a necessidade de aplicar métodos para a transformação de conflitos.”

Através da ajuda humanitária generalizada para os diversos grupos de população atingidos e do seu posicionamento em favor da reconciliação, a Diakonie Katastrophenhilfe tentou, por exemplo, diminuir as tensões e não permitir que uma das partes do conflito se aproveitasse dela.

Na Bósnia resistiu-se à tentação de deixar que as forças armadas usassem a Diakonie Katastrophenhilfe para a colaboração civil-militar e em projetos políticos unilaterais. No Kosovo, a Diakonie Katastrophenhilfe diferenciou-se conscientemente da intervenção “humanitária” da OTAN, oferecendo ajuda humanitária a todos os perseguidos, incluindo os das partes “inimigas”.

Na Somália, a Diakonie Katastrophenhilfe continuou ativa, prestando ajuda solidária, mesmo depois de as tropas ocidentais e muitas organizações de ajuda já terem abandonado o terreno.

Em vários estudos de caso, o projeto de pesquisa “Local Capacities for Peace” começou em 1994 a seguir o conceito “Do No Harm”. A intenção de, ao menos não provocar danos, tornou-se uma diretriz amplamente reconhecida que mesmo assim não é fácil de colocar em prática.

Face à longa lista de situações de violência e desafios ficou mais do que claro para a cooperação para o desenvolvimento que o que estava sendo feito, não era o suficiente. Uma cooperação para o desenvolvimento que não atua de forma direcionada e criativa sobre estes conflitos e injustiças não pode dar uma verdadeira contribuição para a paz. Assim, iniciaram-se experiências com novas formas de ação e trabalho com novos parceiros e uma aprendizagem sobre conflitos e gestão de conflitos. Foram criadas novas estruturas: por exemplo, em 1997 foi criado o “Centro de Trabalho para a Paz e Gestão de Conflitos” do Grupo de Trabalho do Serviço Eclesiástico de Desenvolvimento (Kirchlicher Entwicklungsdienst, AGKED).

Partindo da consciência crescente de que as situações complexas nos diversos países não poderiam ser compreendidas nem alteradas isoladamente, iniciou-se o trabalho em redes e a cooperação com parceiros especializados na gestão de conflitos.⁸

⁸ As organizações internacionais de Direitos Humanos emitiram no final dos anos 80 fortes impulsos para desenvolver novas formas de ação em contextos de conflitos violentos. “International Alert” (www.international-alert.org), uma das primeiras organizações de gestão de conflitos, surgiu nestes contextos.

Transformação de Conflitos | Quadro de Orientação

Enquanto, no início dos anos 90, eram especialmente as intervenções externas em conflitos que estavam no centro da atenção, o relatório da oficina “A paz tem que crescer partindo de dentro”, de 1999 dirige a atenção para a experiência dos parceiros na gestão de conflitos em seus países (ver AGKED 1999). Assim, os “potenciais locais para a paz” receberam uma face e as experiências dos parceiros ganharam um novo peso:

“A realização do trabalho para a paz exige pessoas que estão ativas no local, que conhecem a região e os atores e que conseguem desenvolver a confiança. A transformação de conflitos tem muito a ver com a construção de novos relacionamentos, com a reconciliação – isso não pode vir de fora”,

destaca Florence Mpaayei, da Nairobi Peace Initiative Africa no Quênia (ver www.npi-africa.org).

Isso também inclui explicitamente conseguir que as vítimas tenham acesso à política internacional e o reconhecimento e a qualificação internacional de organizações da sociedade civil para, desse modo, fortalecer o seu poder de negociação. A principal dimensão internacional de eventos conflituosos não foi considerada pelo princípio “Do No Harm”, focalizado no plano dos projetos e da ajuda humanitária. Todavia, o processo seguinte analisou os projetos de gestão de conflitos de forma auto-crítica.

Com o projeto “Reflecting on Peace Practice”, cujos resultados foram publicados desde 2003, foi refutada a idéia – e esperança – existente, de que o efeito dos programas para a gestão de conflitos pudesse ser somado, obtendo efeitos positivos em planos mais altos. Desde então é incontestável que as interligações terão que ser estabelecidas ativamente, para obter efeitos em outros níveis.⁹

No trabalho sobre conflitos por matérias primas e sobre o fenômeno das economias de violência, “Brot für die

Welt” engajou-se em redes, umas trabalhando sobre países concretos – como o projeto de petróleo do Chade/Camarões e da European Coalition on Oil no Sudão – e outras sobre aspectos específicos destes fenômenos, por exemplo, a responsabilidade empresarial ou o combate à corrupção (ver Global Policy Forum 2007).

Como resultado deste trabalho obtivemos os “Principles for the conduct of company operations within the oil and gas industry” (Brot für die Welt 2000), mas também processos inovadores em países petrolíferos que possuíam potencial para evitar a violência e tratar os conflitos de forma construtiva.

A visão sobre a dimensão dos conflitos e da violência tornou-se mais ampla e mais específica e diferenciada através da perspectiva de gênero. Isso tornou conscientes até mesmo aspectos até então totalmente ignorados.

O local mais perigoso para mulheres é onde elas deveriam estar mais seguras: no seu lar. A violência doméstica é expressão de uma cultura de violência que muitas vezes é tolerada silenciosamente pela sociedade. Por isso, a Diaconia e a sua ação “Brot für die Welt” realizou, de 2004 a 2006, o projeto da Década internacional “Superar a violência doméstica”. O objetivo era compilar diversas estratégias para lidar com a violência doméstica e torná-las úteis (ver Diakonisches Werk der EKD, 2007). Com a exposição “Rosenstraße 76” pretendemos contribuir para quebrar o silêncio.

2.3 A partir de 2001: A guerra contra o terror – segurança ao invés de paz

Condições gerais

Após o dia 11 de setembro de 2001 e a subsequente “Guerra contra o Terror” os conflitos passaram novamente a estar sujeitos a ideologias. Uma argumentação que se baseia em explicações pseudo-religiosas tenta polarizar o mundo em “bons” e “maus”. Aumentaram

⁹ Veja: www.cdainc.com/cdawww/default.php

as intervenções militares motivadas pelos interesses de segurança dos países ocidentais, ocorreram as guerras no Afeganistão e no Iraque.

A “Guerra contra o terror” comprometeu os esforços de muitos anos na área dos direitos humanos. Alegando a “Segurança”, interesses manifestos foram transformados em políticas. Essa re-ideologização tem até hoje consequências para uma ajuda humanitária independente e para a cooperação para o desenvolvimento. As organizações têm que se defender contra tentativas maciças de instrumentalização.

Posicionamentos e mudanças na percepção e na gestão de conflitos

No ano de 2003, as agências de cooperação das Igrejas manifestaram, num documento de posicionamento, a sua preocupação sobre estas tendências. A segurança não é divisível, sublinham as agências de cooperação:

“Nem o Norte nem o Sul nem Estados singulares podem obtê-la ou mantê-la, sem a conceder à maioria da população e dos povos.” (Brot für die Welt et al. 2003)

Segurança para todos requer um equilíbrio global de interesses que irá exigir do Norte consideráveis concessões e alterações. Para isso, é necessário um esforço para uma nova conscientização, a qual não será conseguida somente através das Igrejas, como consta no documento de posicionamento das agências de cooperação “Política de desenvolvimento no rastro das intervenções militares?”. Assim se distanciaram claramente de um tipo de posição que reduz a paz à segurança e a intervenções militares, perdendo completamente de vista as perspectivas de longo prazo. Um equilíbrio justo de interesses, a reconciliação e a criação de estruturas políticas e sociais para a paz é uma tarefa muito trabalhosa. A paz tem que crescer a partir da base, informam as agências de cooperação.

Desde 2001 a Diakonie Katastrophenhilfe tenta combater o conhecido esquema do Bem e do Mal, cooperando com organizações não-cristãs, também muçulmanas,

prestando assim ajuda humanitária para todos, sem tomar partido, e distanciando-se de forma crítica das agendas de guerra e segurança pré-estabelecidas.

A visão geral sobre o desenvolvimento histórico evidenciou o quanto a percepção de conflitos e as alterações do trabalho em contextos conflituosos dependeram e ainda dependem das condições gerais, da situação geopolítica geral e das orientações ideológicas da política e sociedade. Quanto mais os conflitos estão colocados em foco, mais claramente estas idéias podem ser descritas. O diálogo com os parceiros realizou-se na base destas experiências e idéias. A formulação das orientações básicas (capítulo 3) e as consequências para a nossa atividade (capítulo 4) baseiam-se nos resultados desse diálogo com os parceiros e em nossos mandatos.

3 Orientações básicas: O que queremos alcançar em contextos de conflito e violência?

3.1 Transformação de conflitos

O conceito da “Transformação de conflitos”, caracterizado, entre outros, por John Paul Lederach, descreve amplamente aquilo que a Diaconia Ecumênica e seus parceiros defendem. Trata-se de, onde há conflitos, alcançar novas relações e estruturas sociais mais justas. O conceito da transformação de conflitos contém espaço para a agudização, advocacia, trabalho de direitos humanos, mas também para a reconciliação e o desenvolvimento sustentável. Transformação significa mudança e deixa claro que se trata de um processo e não de soluções rápidas. Processos em que a miséria é reduzida e novas relações são criadas, a verdade é evidenciada e perdoada, instituições são criadas, existe diálogo sobre normas e valores, competências são geradas e a esperança nasce. Tudo isso junto permite uma gestão de conflitos isenta de violência, no presente e no futuro.

A transformação de conflitos pretende excluir o uso de violência e permitir que os conflitos possam ser enfrentados sem que se precise temer a violência. Transformação pode significar uma desescalada para evitar ou cessar a violência, mas também pode significar enfrentar confrontações e intensificar o conflito para tornar as suas causas mais evidentes e colocar um sinal para o futuro. Trata-se de uma abordagem ampla, que exige um trabalho consequente em todos os meios, em todos os planos e com todos os atores.

Possibilitar um conflito construtivo

Um conflito entre indivíduos ou grupos é compreendido muitas vezes como uma luta por objetivos aparentemente não compatíveis. Trata-se de um fenômeno humano complexo, que não deve ser confundido com a violência. É quando há uma escalada dos conflitos e as partes em conflito utilizam a violência, que se desenvolve o potencial destrutivo dos conflitos. A confrontação e a frustração, tal como são muitas vezes vivenciadas em

conflitos, deixam os seus rastros nas pessoas, alterando as relações entre elas, a sua auto-imagem e a percepção da si próprio, dos outros e do ambiente. Quando não é possível encontrar formas de expressão para as questões que exacerbam o conflito e mostrar perspectivas de mudança, então é grande o risco de que esses processos complexos evoluam numa direção negativa e se avance para o uso aberto da violência.

Porém, nem sempre ocorrem estas escaladas. Pelo contrário – em sua forma construtiva, o conflito é um motor para mudanças, inevitável e criativo. Muitas vezes os conflitos são enfrentados de forma construtiva e resolvidos sem danos para os envolvidos. As pessoas podem crescer com os conflitos que vivenciaram e as sociedades podem amadurecer. Os conflitos conscientizam problemas, colocam situações inevitáveis na agenda dos envolvidos e disponibilizam energias para as mudanças necessárias. Eles exigem que os envolvidos se conscientizem de suas necessidades e de seus direitos, articulando-os e confrontando aqueles que são responsáveis pela observação dos direitos.

Deter a violência, combater os que lucram com a violência

A violência, no sentido amplo do termo, abrange ações, palavras, mas também estruturas e sistemas que podem causar danos físicos, psíquicos, sociais ou ecológicos e que impedem as pessoas de alcançarem seu potencial pleno. Não só a violência aberta de partes em conflito, mas também a violência velada de estruturas opressoras geram uma quantidade imensa de sofrimento e destruição.

Superar a violência e criar a paz significa alterar as estruturas negativas que se expressam, por exemplo, na discriminação, na privação de direitos e liberdades, na negação de oportunidades. Enquanto muitas vezes a violência de estruturas opressivas pode paralisar por muito tempo o conflito aberto e construtivo, a violência aberta incentiva a polarização. Através dela, as espirais de violência e resposta parecem não ter fim, os estereótipos e a lógica “amigo-inimigo” impõem-se e, por muito tempo, a racionalidade não tem chance.

O conflito escala para a violência se não houver vias adequadas para a sua solução pacífica, mas também quando os atores intencionalmente incentivam eventos violentos. Uma vez ultrapassado o limite, o caminho de volta torna-se cada vez mais difícil. Os oprimidos e discriminados são facilmente instrumentalizados e manipulados pelos atores da violência, que precisam de um ambiente de insegurança e instabilidade para assegurar o seu próprio poder, seu lucro ou interesses externos.

A transformação de conflitos não se limita a alcançar uma desescalada da violência aberta. Muitas vezes isso dissimula as estruturas subjacentes de injustiça, mas também de poder, exploração e lucro. Uma vez que a transformação de conflitos pretende uma distribuição justa do poder, não é possível evitar o conflito e não se podem aceitar compromissos pouco convincentes.

Fortalecer a ausência de violência

Muitas pessoas que vivem e trabalham num ambiente de instabilidade e violência esporádica seguem uma filosofia pragmática. Não fazem uso da violência, pois essa opção lhes parece pouco promissora. Outros receiam o uso de violência, uma vez que temem as consequências de uma cultura de violência para a sua sociedade.

Outros por sua vez se recusam a pegar em armas porque querem lutar pela paz e justiça com meios não violentos. Eles estão convictos de que a ausência de violência é mais do que a renúncia à violência armada – é um caminho criativo, positivo, engenhoso e construtivo da transformação de conflitos. Poder mostrar uma alternativa consistente para a violência e a injustiça cria o maior potencial para um desenvolvimento pacífico.

3.2 Potenciais locais de paz

Até agora, o princípio mais bem sucedido para a transformação sustentável de conflitos é aquele que parte de potenciais locais de paz sem evitar a interligação com outros níveis.

Ele envolve os atores em todos os planos da sociedade em questão e pode também significar possibilitar a sua

atuação e o acompanhamento em palcos internacionais. O aspecto decisivo é que o princípio seja e continue sendo um processo conduzido pelos próprios atores. A Diaconia Ecumênica percebeu e reconheceu que a transformação de conflitos é possível, se esse processo

- identificar, apoiar e fortalecer potenciais locais de paz;
- for acompanhado e protegido de forma sustentável, mesmo em caso de recaídas;
- permanecer flexível, uma vez que as situações podem mudar rapidamente;
- identificar oportunidades e reagir usando-as rapidamente;
- for perspectivado para longo prazo e preparar o solo para uma cultura da paz;
- interligar e colocar em rede abordagens e instrumentos de cooperação em prol dos direitos humanos e do desenvolvimento, da ajuda humanitária e da gestão de conflitos;
- interligar diferentes abordagens e diferentes planos entre si.

Esta abordagem pode ser substancialmente fortalecida na Diaconia Ecumênica, se for possível utilizar os pontos fortes identificados, reduzir os déficits e desenvolver uma divisão de trabalho adequada à situação dentro da área e com outras organizações e atores.

3.3 Justiça de Gênero

Aproximadamente 75% das mortes nos conflitos hoje existentes entre Estados ou no interior destes são mulheres e crianças. Como vítima de guerra e personificação da identidade dos grupos inimigos, as mulheres estão sujeitas a maior violência sexual: para sustentar a sua família elas são obrigadas pelos homens de seu próprio grupo ou de outros a se prostituir para obterem alimentos, medicamentos e água; são violadas pelos com-

batentes somente para humilhar os inimigos; os homens da própria família que já não podem cumprir o seu papel de chefe e protetor da família reagem a essas situações de stress utilizando mais violência.

Além disso, o risco de infecção com HIV e AIDS é mais elevado para as mulheres; para as mulheres jovens, ele é três a seis vezes superior ao dos homens. 50% dos seropositivos no mundo inteiro e 61% dos seropositivos em África são mulheres. O estupro aumenta enormemente o risco de infecção com HIV e este também contribui para causar conflitos dentro das famílias e sociedades.

As mulheres não são somente vítimas. Como “co-autoras”, elas se unem a grupos armados ou incentivam seus maridos a tomar atitudes violentas. Mas também acontece que elas, prolongando os seus papéis tradicionais, se organizam para reconstituir a paz e garantir a sobrevivência de suas famílias. Elas se empenham também pela paz em organizações da sociedade civil.

Em tempos de crise, é ativada a tematização pela sociedade de assuntos com referências claras à relação de gênero. Os homens devem estar novamente aptos e defender “a esposa e a família”, ou, simbolicamente, “a pátria”. Quem não sabe se proteger e sustentar a família “não é homem”. Em momentos de crise, esse padrão profundo é aplicado para sinalizar a disposição de agir, até mesmo antes de ser disparado o primeiro tiro. Esse fato é um indício da relevância do gênero como categoria para a análise de conflitos, mas também para a gestão de conflitos. As chances e os riscos em diferentes fases de conflitos estão distribuídas de forma desigual.

Os conflitos mobilizam e confrontam de maneira específica as relações sociais de poder, mas como fenômeno complexo também as imagens e idéias que os grupos sociais têm de si mesmo, até às camadas mais profundas do consciente e inconsciente coletivo. Isso deixa claro que as relações entre os gêneros e a busca da justiça de gênero são influenciados por eles.

É fundamental ter uma visão diferenciada: O que significa o conflito para as mulheres? O que significa ele para os homens? O que significa o conflito para mulheres se-

ropositivas e para homens seropositivos? O que significa para as relações entre eles? Se compreendermos como as normas que prescrevem como devem ser os homens e as mulheres e quais os seus direitos determinam a hierarquia entre os gêneros, a distribuição específica de poder entre os gêneros e sistemas de crenças, fica claro que a própria relação entre os gêneros é conflituosa. Trata-se de questões de inclusão ou exclusão, de superioridade e submissão, de valorização e desvalorização.

Essas dimensões de gênero relevantes para os conflitos fazem-se sentir na vida social como assimetrias de poder e papéis específicos atuam sobre a imagem de masculinidade e feminidade e, através dos valores e normas daí derivados, influenciam as atitudes e a formação de identidade. Nos conflitos, as situações e os desenvolvimentos são diferentes para mulheres e homens e precisam, portanto, de ser coletados e avaliados separadamente. Para isso é necessário superar os filtros de percepção, que continuam fazendo com que as mulheres ou nunca ou quase sempre sejam percebidas como vítimas e os homens quase nunca sejam percebidos como vítimas.

As diversas mudanças dos papéis das mulheres em épocas de guerra muitas vezes não são percebidas nem pela sociedade, nem a nível político na fase pós-guerra. As experiências das mulheres como produtoras, organizadoras e alimentadoras, as suas necessidades como viúvas ou como desmobilizadas são pouco levadas em consideração, uma vez que primeiramente é necessário pacificar os homens armados para evitar mais violência.

As experiências das mulheres, por exemplo na área da criação da paz, são muito pouco aproveitadas nos processos de negociação e nas decisões sobre o planejamento da época pós-guerra. Ainda não se discutiu muito a questão, até que ponto os estereótipos sobre a masculinidade e a feminidade provocam comportamentos que reforçam o conflito ou como a atribuição de papéis que reforçam os conflitos pode ser banida ou usada de forma positiva e preventiva (ver Brot für die Welt/EED 2007).

As idéias diferentes que os homens desenvolvem sobre a sua masculinidade são especialmente importantes.

Isso também não funciona isoladamente. Para que os homens possam desenvolver papéis menos violentos para si próprios é necessário que ocorram mudanças nos dois gêneros. Abordagens isoladas parecem contraproducentes, especialmente no que toca ao gênero e a conflitos.

Conflitos construtivos aumentam as chances e o espaço para obter maior justiça de gênero. Os conflitos violentos reduzem os espaços e encerram riscos adicionais. O gênero como dimensão de conflitos é muito mencionado, mas a realização continua difícil e reduzida, limitando-se muitas vezes a projetos isolados para promoção das mulheres.

Tal como mostram os exemplos inicialmente mencionados, nos conflitos o gênero tem muito maior significado. Para a abordagem da transformação de conflitos seguida pela Diaconia Ecumênica, a justiça de gênero e a sensibilidade de gênero são importantes pontos de orientação na gestão de conflitos.¹⁰

Sobre o tema “conflito e gênero”, a Diaconia Ecumênica compilou os resultados de um treinamento interno num guia para os colaboradores (ver Equipe de Princípios e Desenvolvimento, 2006).

3.4 Orientação para os direitos humanos

A causa de muitos conflitos é a violação dos direitos humanos. Por isso, qualquer trabalho sobre conflito tem que ser sensível em relação à violação de direitos humanos e a quaisquer formas de discriminação, quando se quer eliminar as causas dos conflitos. As abordagens baseadas nos direitos podem dar uma orientação clara e estratégica a um quadro de orientação para a transformação de conflitos. Isso torna-as claramente mais vantajosas em relação às orientações para a “Segurança humana” e o “Desenvolvimento humano” as quais, ambas desenvolvidas com um objetivo de emancipação,

perderem muito de seu potencial no discurso da política de segurança.

Na gestão de conflitos pode ser útil a existência de um catálogo superior com valores centrais, direitos básicos e princípios de procedimentos que não precisam ser negociados, pois já existem como quadro orientador universal. A utilização de instrumentos nacionais e internacionais para a proteção dos direitos humanos pode, devido ao fato de lhe estar associada uma maior atenção por parte do público, fazer com que órgãos dos governos assumam uma gestão mais ativa dos conflitos. Também os atores privados, como grupos transnacionais que podem ser responsabilizados publicamente pelas violações dos direitos humanos, receiam que sua imagem seja prejudicada e terem que fazer concessões em caso de violação dos direitos humanos.

Os direitos humanos ajudam a distribuir claramente os papéis. Quais são as obrigações estatais, quais são os limites da ação estatal, quais são as tarefas dos outros atores? Estas questões podem ser sempre mais facilmente esclarecidas quando é feita referência às normas internacionais de direitos humanos ajudando, portanto, a buscar soluções adequadas para os conflitos.

Os direitos humanos são um instrumento particularmente relevante quando ainda há estruturas do Estado. No entanto, eles não podem deixar de ter validade nos “failing states” (“estados falhados”). As vítimas não podem ser abandonadas. Aqui os direitos humanos já não podem ser reivindicados através da Justiça, mas podem ser a medida para a documentação de violações, que podem contribuir para nomear os responsáveis no plano internacional.

A gestão civil de conflitos nos “failing states” pode contribuir para a proteção dos direitos humanos e de seus defensores, uma vez que tenta, mesmo sem poderem ser reivindicados juridicamente, levar a sério os direitos, as necessidades e os objetivos dos seres humanos

¹⁰ O tema da justiça de gêneros é especialmente tematizado e tratado em relação ao HIV e Aids. Ver também a política de HIV e Aids de “Brot für die Welt” e EED, assim como “HIV and Aids in Africa” Obra Diacônica/Brot für die Welt, Stuttgart 2006.

Transformação de Conflitos | Quadro de Orientação

e defendê-los no âmbito de negociação. Para as vítimas de violações, o conhecimento de seus direitos é um primeiro passo central do empoderamento. É mais fácil formular estratégias alternativas quando se sabe que se está a ser privado dos seus direitos pessoais ou que eles estão a ser violados. As estratégias de direitos humanos também têm seus limites. Os conflitos menos acessíveis à influência dos direitos humanos são aqueles em que algumas pessoas ou todas as partes em conflito não estão dispostas a negociar e articulam ou tentam impor exigências máximas.

A utilização dos direitos humanos em situações de conflito pode ter o efeito de agravar o conflito. Exigir a observação de direitos humanos, fortalecê-los e desenvolvê-los é sempre um trabalho rico em conflitos. Os/as defensores/as de direitos humanos são como sismógrafos, quando se trata de progressos na gestão de conflitos ou da escalada iminente de espirais de violência. Por isso, no trabalho de apoio aos direitos humanos e de gestão de conflitos tem que se estar sempre preparado para proteger os defensores de direitos humanos em risco. Uma atuação sensata tem sempre que ser planejada especificamente para cada conflito e ser usada de forma estratégica.

3.5 Ajuda humanitária – uma contribuição para a paz

A ajuda humanitária pode aumentar tensões e conflitos violentos, adiar a solução dos mesmos e colocar em risco a sua própria credibilidade se tomar partido em favor dos interesses de uma das partes, ou dos grupos de interesse que os apóiam, e privilegiar determinados grupos, desfavorecendo outros. Ela tem efeitos negativos se se misturar com ações militares, cooperando unilateralmente com exércitos ou grupos armados. Ela não é suficiente, se não for orientada para a recuperação de condições de vida dignas (reabilitação e reintegração) e se mantiver a dependência das vítimas ou até a incentivar. Isso também acontece quando ela se deixa usar a longo prazo como substituição humanitária para compensar a falta de vontade das partes em conflito, por estas não resolverem o conflito ou não quererem ou puderem melhorar a situação das vítimas.

A ajuda humanitária pode influenciar os conflitos de forma positiva se ela

- for planejada como uma ação pacífica, sendo assim uma mensagem pacífica no meio da violência;
- for planejada como uma ação equilibradora, opondo-se, com essa mensagem humana, diametralmente a uma lógica de violência que só concede aos seus próprios partidários o direito de viver;
- construir pontes e possibilitar um novo começo; até certo ponto a ajuda humanitária pode ter um efeito sobre as partes do conflito, limitar o seu poder e buscar o diálogo e vias alternativas;
- através da reabilitação material e psíquica, ajudar os afetados a superar as consequências do conflito, a melhorar a sua situação de vida e a uma reorientação pacífica de sua vida.

Os princípios humanitários da ajuda humanitária e a sua base no direito internacional são, portanto, uma orientação estratégica central para o trabalho em situações de conflito. Devido aos desenvolvimentos dos últimos anos, eles estão correndo um risco sério. Isso exige um perfil mais nítido da ajuda humanitária. Ela deverá conceber a sua ajuda independentemente das opiniões dominantes e isso significa em alguns casos, remar contra a maré da mídia e resistir a influências políticas. Para tal também é necessário responder a visões e argumentos simplistas com uma análise controversa, para defender o seu mandato humanitário independente e imparcial. Para isso, é necessário que a Diaconia Ecumênica continue se empenhando em prol dos princípios humanitários e éticos no plano público e político. Isso exige também uma luta contra a instrumentalização da ajuda humanitária por parte dos interesses políticos, econômicos, militares e da mídia e o enfrentamento da nova política global de segurança e anti-terror e dos seus efeitos sobre uma ajuda humanitária independente.

A Diaconia Ecumênica pretende, em conjunto com outros, tornar-se uma voz forte, que mostre os contextos e as causas dos conflitos. Ao manter a sua independência

política ela vê esse empenhamento como uma contribuição para a prevenção global e para as mudanças necessárias a nível político e estrutural. Somente assim podem ser evitados os pontos fracos e os efeitos negativos da ajuda humanitária e desenvolvidos os seus pontos fortes, de forma consequente.

Face às tarefas cada vez mais abrangentes resultantes da globalização, é importante para a ajuda humanitária, em países onde os parceiros são fracos ou inexistentes, buscar novos caminhos e aliados, sem optar em primeiro lugar pelo “ajudante branco”. Em geral há que encontrar um equilíbrio, reconhecendo os limites da ajuda humanitária na prevenção e transformação de conflitos e, simultaneamente, utilizando todas as possibilidades conformes com os princípios éticos básicos. Isso inclui abordagens de projeto inovadoras para prevenir a violência e a escalada de conflitos.

4 Consequências para a nossa atuação

A Diaconia Ecumênica e os seus parceiros têm que responder às situações de conflito de forma muito diversa. Além disso, os parceiros são confrontados com situações muito diferentes em seus países e têm situações de partida muito diversas. Igualmente distintas são suas necessidades e exigências concretas em relação aos parceiros do Norte. Alguns concentram-se em determinadas tarefas e entre elas também dão passos para a sua própria qualificação e desenvolvimento, a fim de serem atores eficientes em conflitos.

Outros já definiram um forte perfil. Parceiros como Serapaz no México, Nairobi Peace Initiative no Quênia ou a fundação Kaduntaya nas Filipinas já há muito que têm um papel ativo na gestão de conflitos em seus países e em suas regiões. Nas suas atividades, eles reúnem elementos do trabalho de desenvolvimento, transformação de conflitos e, em parte, ajuda humanitária direta. Eles atuam em diferentes planos, tanto no próprio local como na capital ou no plano internacional. Devido à sua integridade, eles podem tomar partido pelos mais fracos e fortalecê-los para enfrentarem os problemas, mas também ajudar a acalmar situações de violência. Eles desenvolveram capacidades próprias para a análise e interpretação da situação em seus países, as quais podem dar uma orientação para o plano político e os atores sociais.

As contribuições e o apoio que a Diaconia Ecumênica presta aos seus parceiros têm que ser adaptados a cada contexto complexo e não devem ser entendidos como ações e mensagens contraditórias. A sinergia e a coerência mostram a sua qualidade através da diferença que podem fazer numa situação concreta de conflito. As etapas de realização que são seguidamente apresentadas dão uma visão geral de como os aspectos relevantes para o conflito poderão passar a ser mais fortemente considerados, se se basearem nas boas experiências já realizadas. Eles deverão sensibilizar para as possibilidades existentes quando se constata que a transformação de conflitos se torna relevante no contexto do trabalho.

Deverão ainda encorajar a desenvolver passos para encontrar respostas especificamente adequadas e que correspondem às conclusões da prática dos programas e às convicções fundamentais.

4.1 Sensibilidade para conflitos vivenciada

Uma das conclusões importantes do trabalho em contextos de violência e conflitos é que, tanto a cooperação para o desenvolvimento como a ajuda humanitária podem ter consequências negativas. Face a esta conclusão, entendemos como “sensibilidade para os conflitos” a capacidade da Diaconia Ecumênica e de seus parceiros de interpretarem os conflitos em que trabalham enquadrados em seu contexto; de entenderem a influência mútua entre os programas e o conflito e usarem esse entendimento para evitar efeitos negativos e para reforçar efeitos positivos. Isso inclui também uma forma consciente de lidar com os efeitos de conflitos violentos sobre a organização e o pessoal.

A sensibilidade para os conflitos é importante para o trabalho programático, mas é também especialmente importante para as atividades de advocacia em prol de países em situação de conflito.

Em contextos de conflito os parceiros, sobretudo os que defendem os direitos humanos e os que trabalham para a paz, correm muitas vezes grandes riscos. No trabalho de advocacia, é pois necessário analisar cada passo no que tange às suas eventuais consequências para os atores no local e para o objetivo de conseguir uma paz justa e sustentável.

Para a Diaconia Ecumênica é importante que a sensibilidade para os conflitos seja desenvolvida na prática, no diálogo, na discussão e na aprendizagem conjunta com os parceiros. Obter sensibilidade para conflitos é uma primeira etapa no caminho para se ser um parceiro competente em situações de conflito. Entendemos isso como um processo de aprendizagem e intercâmbio que não alcançará seus objetivos com listas de verificação (checklists), mas sim com a criação consciente e objetiva de espaço para o diálogo. No âmbito do diálogo os

instrumentos devem ser aprendidos, adaptados e desenvolvidos. Alguns dos aspectos mais importantes da sensibilidade para os conflitos vivenciada são apresentados seguidamente:

Sensibilização mútua para situações de conflito

Em contextos de conflito, o trabalho das Igrejas no âmbito de cooperação para o desenvolvimento, de ajuda humanitária, dos direitos humanos e da paz deverá analisar constantemente se o próprio trabalho reduz ou aumenta a violência. Por isso ele deverá ser autônomo e independente das “opiniões gerais”, estar sempre muito bem informado sobre o contexto, as causas e dinâmicas dos conflitos e desenvolver estratégias de desenvolvimento sensíveis aos conflitos. Para isso, é fundamental o intercâmbio entre os que vivem em conflito e os que estão fora dele.

Análise de conflitos

Respostas especificamente delineadas para cada situação baseiam-se no conhecimento exato do conflito e de sua dinâmica. Especialmente as situações de conflito complexas, com uma dimensão internacional, exigem a colaboração entre diversos autores, necessitam de análises conjuntas intensas e atualizadas regularmente. Para uma atuação coerente, é necessária uma compreensão aprofundada sobre a forma como os respectivos parceiros entendem a situação, mesmo que nem sempre haja acordo exato sobre o próximo passo. O “Guia da Diáconia Ecumênica para a Análise de Conflitos” (ver grupo

de trabalho Gestão Civil de Conflitos, 2006) dá orientação para o procedimento dos colaboradores.¹¹

Desenvolvimento e integração de instrumentos para o planejamento, o monitoramento e a avaliação

As situações de conflito são caracterizadas por grande insegurança. Com os instrumentos de planejamento conhecidos os parceiros chegaram ao limite, por vezes o planejamento se tornou completamente impossível. Já existem novos instrumentos adequados e sobretudo contatos e potenciais para o desenvolvimento de instrumentos, sendo necessário trabalhar intensamente com os parceiros de cooperação nesse sentido.¹²

4.2 Diálogo e Qualificação

O presente quadro de orientação descreve as concepções básicas e os enfoques da Diaconia Ecumênica. No intercâmbio com os parceiros ele será concretizado e complementado. Esse diálogo deverá ser qualificado e aprofundado. Para isso, poderão ser realizados encontros com parceiros e eventos, assim como medidas e estratégias de qualificação. De seguida são mencionados alguns aspectos importantes:

Encontrar uma linguagem comum

Os guerreiros desenvolveram e aperfeiçoaram a sua linguagem em milhares de anos. Muitos conceitos passaram a ser usados na linguagem geral. Alguns exemplos

¹¹ Este guia serve para a sensibilização e oferece ajuda para a formulação de perguntas importantes aos parceiros. Os objetivos em relação a uma medida examinada, são:

- identificar e evitar possíveis efeitos negativos (para o conflito no contexto dos projetos ou do conflito no contexto dos projetos);
- identificar e fortalecer possibilidades de influência construtivas; e
- estabelecer ligação com outras iniciativas no local e/ou em outros planos, aumentando assim o alcance das medidas e a sua sustentabilidade.

O objetivo em relação ao diálogo com o parceiro é ter uma base segura para um diálogo informado.

¹² São de referir aqui os resultados de diferentes processos acompanhados pelo Evangelischer Entwicklungsdienst (Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento/EED). Com base nos resultados de um treinamento regional de parceiros sobre planejamento, monitoramento e avaliação (PME), na conferência sobre o trabalho em prol da paz no Chade (em maio de 1998) e na fase de teste do instrumento de planejamento e monitoramento desenvolvido por GENOVICO (rede de consultores e consultoras no Níger) deverá ser elaborado, em cooperação com GENOVICO e EIRENE, um manual de PME para a área francófona.

Transformação de Conflitos | Quadro de Orientação

são “proteger o flanco”, “reunir as tropas”, “fechar as fileiras”, “manobra crítica”, “estratégia” e “intervenção”. No trabalho em prol da paz ainda há dificuldade em utilizar uma linguagem comum.

Na dinâmica positiva existente desde 1990 foram desenvolvidas muitas abordagens novas. Foram criados uma série de conceitos novos, muitas vezes compreendidos e usados de forma distinta: prevenção de crises, gestão civil de conflitos, resolução de conflitos, criação da paz, gestão de conflitos e transformação de conflitos.

Na cooperação com pessoas que falam outros idiomas é ainda mais difícil, uma vez que a pesquisa da paz e a gestão civil de conflitos têm um significado muito diferente nos diferentes países e idiomas. Além disso, muitas vezes os conceitos têm uma conotação específica. Os parceiros da Palestina afirmam que “Peace” e “Peacebuilding” se tornaram palavras tabu, sem sentido e gastas.

Os parceiros da América Latina reagem com rejeição e reserva a conceitos que lhes parecem compromissos pouco convincentes como, por exemplo, “resolução de conflitos”. Tudo isso dificulta a comunicação e desse modo o diálogo e a discussão. A busca de uma linguagem comum é importante e só pode ser bem sucedida através de um empenhamento conjunto e um intercâmbio aberto, por exemplo, sobre as orientações descritas no capítulo 3. Um primeiro passo foi dado com o glossário “Conceitos da Gestão Civil de Conflitos” (ver Departamento de Direitos Humanos, 2006).

Aquisição de competências através de processos de intercâmbio e qualificação

Processos de intercâmbio e qualificação a longo prazo revelaram ser instrumentos adequados para o desenvolvimento de competências e estratégias. A concepção desses processos depende das dinâmicas e dos interesses das partes. Por exemplo, nas áreas da Palestina o foco é o treinamento e nas Filipinas a realização de atividades conjuntas. Treinamento para parceiros e colaboradores e consultoria qualificada são elementos importantes para a aplicação do quadro de orientação. A Diaconia

Ecumênica encoraja os seus parceiros a adquirirem competências através de qualificação, por exemplo no âmbito de medidas de qualificação nos programas apoiados e através de apoio específico de medidas através do programa de bolsas.

Sobre assuntos particularmente importantes (como conflito e gênero, sensibilidade para o conflito, matérias primas e conflitos, conflitos sobre recursos como terra e água, pedagogia de paz, etc.) pode ser organizado um intercâmbio de experiências, que pode ser iniciado pelos parceiros e retomado pela Diaconia Ecumênica. Outras possibilidades são o reforço, o apoio e a utilização de competências de consultoria regional especializada, assim como a cooperação institucionalizada com instituições de qualificação em diversas regiões no mundo. Isso inclui o apoio financeiro, o desenvolvimento de currículos e a ligação em rede destas instituições (ver Grupo de trabalho Gestão Civil de Conflitos, 2008).

4.3 Diversidade no apoio financeiro: Pessoas – Organizações – Redes

O apoio financeiro a projetos, programas e atividades é uma das dimensões centrais de ação da Diaconia Ecumênica. Face ao sofrimento e à destruição provocados por conflitos violentos, é difícil de aceitar que as possibilidades próprias são limitadas e parece mais fácil afastar-se por completo, do que dar apenas uma contribuição mínima. Porém, o contrário é que é necessário. A Diaconia Ecumênica aceita assumir responsabilidade, apesar das suas próprias limitações. Ela considera-se um parceiro confiável, disposto a acompanhar de forma contínua e persistente o processo da transformação de conflitos, mesmo no caso de recaídas substanciais. As recaídas não são consideradas fracasso de projetos e por isso, o empenhamento não é suspenso; o risco de uma possível escalada dos conflitos é aceite como desafio para encontrar outros e novos caminhos, mais criativos.

A observação da mudança das condições gerais e dos contextos de trabalho mostrou que as possibilidades de alguns atores são limitadas e que as maiores chances se conseguem através da interligação dos diversos atores, com as suas diversas estratégias de ação, no local e em

muitos outros planos. Para apoiar de forma otimizada os potenciais para a transformação de conflitos deverão ser apoiadas e promovidas pessoas, organizações e redes adequadas, em cada situação específica. O que significa isso concretamente?

Atuação profética de pessoas

Fica cada vez mais evidente que depende de cada pessoa identificar e utilizar (ou não) as chances de transformação de conflitos. A gestão de conflitos é um malabarismo com “verbos irregulares” que não se encaixa nos padrões previstos. Isso exige do ser humano muita previsão e a disposição de assumir riscos. O perigo de fracassar está constantemente presente. As pessoas que tentam seguir essa esperança no fim do túnel, muitas vezes seguem caminhos não convencionais. Muitas vezes encontram muros e são mais bloqueados do que apoiadas pelas rotinas e pelos processos. A Diaconia Ecumênica quer promover os potenciais inspiradores e transformadores de seus colaboradores e seus parceiros, colocando suas estruturas ao seu serviço. Isso inclui também apoiar e acompanhar iniciativas individuais não convencionais, a fim de gerar um clima que encoraje e possibilite a atuação profética individual.

Organizações

Em situações especiais, como o trabalho em prol da paz e direitos humanos em áreas de conflitos armados em estados frágeis e sob regimes repressivos, as organizações parceiras precisam de uma atenção especial e uma ação flexível. Nessas situações, aconteceu já ter sido necessário no passado abdicar do reconhecimento formal de organizações, deslocar o trabalho para os países vizinhos, reprogramar totalmente programas em curso, etc. Isso só é possível se houver uma relação de confiança e se, em casos muito graves, os colaboradores da Diaconia Ecumênica tiverem um espaço para tomarem decisões não convencionais.

Trabalho em rede

A experiência mostra que projetos isolados não podem criar a paz. Mesmo muitas atividades diferentes não se

somam automaticamente, gerando a paz. Um trabalho no isolamento e com a expectativa de que os instrumentos usuais de cooperação para o desenvolvimento sociais sejam suficientes para alcançar a transformação de conflitos, leva a um beco sem saída. Pelo contrário, o importante é interligar projetos em diferentes níveis e com diversos princípios. Para isso, podem ser necessárias novas alianças e a participação em redes.

Consideramos que o trabalho em rede sobre conflitos é, em primeiro lugar, uma ação e não necessariamente uma estrutura. As redes deverão estabelecer de forma ativa e direcionada relações de confiança, a troca de informações, experiências e competências, o desenvolvimento de opções de atuação novas e inovadoras, a busca e criação de sinergias e complementaridade, a coordenação, qualificação e o reforço das atividades dos participantes e o desenvolvimento e a realização de atividades em conjunto.

A pergunta “O que faremos juntos?” é mais importante que a pergunta “Como queremos nos estruturar?”. A especificidade das redes é que as estruturas são flexíveis e se alteram e adaptam frequentemente. Essa é a vantagem em relação a uma organização. A Diaconia Ecumênica considera-se como parte integrante de redes globais. Ela trabalha ativamente na formação de alianças e assume-as. Ela financia de forma direcionada e flexível o trabalho de redes.

4.4 Advocacia e incidência de políticas

Só é possível conseguir processos de transformação de conflitos para a paz e a justiça se as condições gerais puderem ser alteradas. Isso exige que no Norte se faça uma defesa consequente nos diferentes planos e em diferentes campos de ação para manter ou melhorar os fundamentos que possibilitam uma ação eficiente. Para isso podemos identificar os seguintes campos de ação:

Possibilitar a atuação da sociedade civil em conflitos

Em situações extremas, a ação da sociedade civil em prol da paz é, muitas vezes, a única ação para a paz

que pode dar esperança. Mas muitas vezes as situações de conflito caracterizam-se pelo fato de essa ação ficar limitada ou impossibilitada pela força da violência, repressão, de leis emergenciais e perseguições. Os governos do norte muitas vezes estão muito concentrados em interagir com os governos parceiros do sul.

A Diaconia Ecumênica empenha-se em manter e recuperar espaços para a ação da sociedade civil. A Diaconia Ecumênica pretende contribuir com ações concretas para ampliar localmente o espaço de ação para as atividades da sociedade civil em situações de conflito.

Fazer uso dos instrumentos dos direitos humanos

Para isso, a Diaconia Ecumênica pode utilizar os instrumentos dos direitos humanos. Ela pode usar tanto estruturas estatais no âmbito nacional, como sistemas de proteção de direitos humanos regionais ou internacionais. As estruturas formais incluem a possibilidade de processos de reclamação, relatórios paralelos e ações jurídicas e, como estruturas informais, existem os instrumentos de trabalho de relações públicas ou o trabalho de jornalistas investigativos.

O trabalho de advocacia já faz sempre parte de qualquer estratégia de proteção de direitos humanos. Advocacia para a proteção de direitos humanos baseia-se na documentação das violações e usa caminhos formais e informais para chamar a atenção para essas violações e reclamar remédio. A Diaconia Ecumênica apóia as vítimas para fazerem advocacia em seu próprio nome. Onde isso não for possível, as agências de cooperação, como a Diaconia Ecumênica, têm que atuar como seus representantes.

Participar na concepção de instrumentos políticos

A Diaconia Ecumênica já está atualmente em diálogo direto e discussão com a esfera política. A participação em redes aumenta as chances de influenciar a longo prazo a política e o desenvolvimento de instrumentos civis. As primeiras experiências realizadas com novas formas de organização e institucionalização, como a FriEnt¹³ ou o conselho da sociedade civil para o Plano de Ação do governo¹⁴, indicam que se devem aproveitar estas chances.

Tal como ficou evidente, todavia, no desenvolvimento do “Plano de Ação para a Prevenção Civil de Crises”, estes esforços no plano político máximo só terão efeito na medida em que forem incentivados por protagonistas engajados e sempre reclamados por pressão contínua externa.

No plano europeu desenvolveu-se com o processo RoCS (Role of Civil Society- Papel da Sociedade Civil)¹⁵ uma via para se fazer ouvir pelo menos as posições próprias.

Tudo isso exige uma colaboração constante com uma elevada divisão de tarefas entre os atores da sociedade civil, que têm que provar as suas capacidades para desenvolver uma sociedade civil global. Eles precisam de aprender a cooperar de forma eficaz a longo prazo, sem perder de vista as prioridades.

A influência ao nível das políticas e do desenvolvimento de instrumentos civis é colocada em prática nos contextos ecumênicos (IEA, APRODEV, Conselho Mundial das Igrejas), em colaboração íntima com o EED e a plataforma de gestão civil de conflitos.

¹³ Veja: Plataforma Paz e Desenvolvimento, www.frient.de

¹⁴ Há mais de seis anos o governo alemão – na época verde e socialdemocrata – aprovou um “Conceito geral para a prevenção civil de crises, resolução de conflitos e consolidação da paz” e defendeu nele uma prevenção melhorada de conflitos violentos. Assim, as estratégias e os instrumentos da prevenção civil contra crises deveriam ser desenvolvidos e reforçados na Alemanha. Para isso, o instrumento decisivo de implementação do governo alemão é o “Plano de Ação para a Prevenção Civil de Crises”.

¹⁵ Veja: www.eplo.org/index.php?id=220

Advocacia em prol da independência da ajuda humanitária

A Diakonie Katastrophenhilfe intercedeu – em especial no âmbito de redes humanitárias civis na Alemanha e Europa – ativamente perante o governo alemão e a União Europeia em prol do respeito pelos princípios humanitários por parte dos governos e das forças armadas e por um posicionamento e uma ação independente e imparcial das organizações de ajuda humanitária em conflitos. Essas posições constam, por exemplo, no documento de posicionamento da VENRO “Forças Armadas e Ajuda Humanitária”.

O consenso europeu deliberado em dezembro de 2007 por toda a UE para a ajuda humanitária é também resultado de uma advocacia humanitária conjunta. A Diakonie Katastrophenhilfe considera uma tarefa importante prosseguir esse engajamento no âmbito alemão, europeu e das Nações Unidas para obter também na área política aceitação e apoio para os princípios éticos, especialmente em conflitos concretos.

4.5 Relações públicas e processos de aprendizagem ecumênica

Na maioria das vezes, o trabalho para a paz e a transformação de conflitos necessitam de público. A percepção pública da competência de gestão civil de conflitos continua pouco desenvolvida. As vozes de “Brot für die Welt” e da Diakonie Katastrophenhilfe são ouvidas, mas ainda não as levantamos suficientemente para nos posicionarmos. Raramente aproveitamos as oportunidades para chamar a atenção para o aumento de competência de nossos parceiros na transformação de conflitos, colocando aqui sinais de esperança.

No “Programa especial Colômbia”, assim como na cooperação com o Instituto para a Pedagogia da Paz, a rede de jornalistas Peace Counts, a Plataforma de gestão civil

de conflitos e redes temáticas e regionais foram coletadas primeiras experiências para melhorar a percepção pública, que podem ser utilizadas como ponto inicial. O Dia Internacional da Paz pode ser melhor usado para informar na Alemanha sobre os defensores e as defensoras da paz. As experiências e o engajamento de parceiros podem ser pesquisados e apresentados pelos jornalistas. É necessária maior interligação com a década “Superar a violência”, especialmente tendo em vista a convocação pela Paz na Jamaica, em 2011. O presente quadro de orientação deverá ser discutido no âmbito de encontros de de parceiros ecumênicos. A “Tour de Paix” (Volta de Paz) também pode ser usada para tornar públicas na Alemanha as atividades de pedagogia da paz em diversos países. As páginas Web de “Brot für die Welt” e da Diakonie Katastrophenhilfe – especialmente também as páginas em outros idiomas – podem tornar mais visível o engajamento diversificado pela paz de parceiros e colegas.

Prêmios de paz e de direitos humanos podem ser usados para fortalecer determinados parceiros e colocar aspectos do tema na agenda política. A Departamento de Direitos Humanos já elaborou um guia para os colaboradores no qual são apresentados muitos destes prêmios (ver Departamento de Direitos Humanos 2006). A Diakonisches Werk der EKD (Obra diacônica da IEA) é co-titular do “Martin Ennals Award for Human Rights Defenders”.¹⁶

Contribuir para uma cultura da paz

A pedagogia da paz pretende contribuir para que as pessoas desenvolvam as capacidades para a paz e de lidar com conflitos e as coloquem em prática em ações de paz. Isso é tão importante na Alemanha como nos países dos parceiros. Com uma série de materiais educativos elaborados em cooperação com o Instituto de Pedagogia da Paz em Tübingen¹⁷, “Brot für die Welt” prestou uma contribuição importante para a educação para a paz.

¹⁶ Veja: www.martinennalsaward.org

¹⁷ Veja: www.friedenspaedagogik.de

Entretanto já foram criadas relações entre o trabalho de pedagogia da paz no sul e no norte. Embora os métodos e conteúdos da pedagogia da paz dependam dos locais da aprendizagem, em todos eles se trata de aprender a lidar com conflitos de forma construtiva. Ao mesmo tempo, a pedagogia da paz pretende contribuir para o estabelecimento de uma cultura de paz, tanto nas respectivas sociedades como no mundo inteiro (ver Jäger 1996, Jäger/Gugel 2000). Os temas da transformação de conflitos deverão continuar sendo tratados na revista “Aprendizagem Global”.¹⁸

¹⁸ Veja: www.brot-fuer-die-welt.de/schule-aktiv/index.php

5 Prioridades regionais e temáticas

Os desafios são gigantescos. Para usar os recursos disponíveis de forma adequada, é necessário estabelecer prioridades, tanto no que concerne a países e regiões como aos temas. Estabelecer prioridades significa concentrar conscientemente forças em diferentes dimensões de atuação, por exemplo, redes e trabalho de advocacia.

5.1 Prioridades regionais

Os Departamentos de Projetos e Programas e a Diakonie Katastrophenhilfe determinam o estabelecimento de prioridades regionais. Certos países (por exemplo, Sri Lanka, Colômbia) e certas regiões (por exemplo, Corno de África) tornaram-se prioritários. As prioridades foram estabelecidas quando

- os próprios parceiros promoveram o intercâmbio e processos de diálogo;
- para além de projetos isolados na região de conflitos foi apoiada a formação e o trabalho de estruturas e redes ecumênicas (financeiramente e através de colaboração ativa) e/ou
- foram criadas cooperações intensas entre diversos departamentos da Diaconia Ecumênica sobre regiões de conflito específicas.

A definição de prioridades sempre foi realizada por iniciativa de parceiros. A partir das necessidades práticas desenvolveram-se prioridades regionais que caracterizam o perfil atual do trabalho da Diaconia Ecumênica em situações de conflito. Aí se aplicam as orientações básicas acima descritas – transformação de conflitos, potenciais locais de paz, justiça de gênero, orientação para os direitos humanos, ajuda humanitária – como contribuição para a paz sempre em novas constelações no trabalho local.

No anexo 1 são descritas mais detalhadamente as prioridades regionais atuais.

5.2 Prioridades temáticas

No trabalho de muitos parceiros e em muitas abordagens de projetos, especialmente em África, o tema “Matérias primas e conflito” constituiu-se como uma prioridade de atuação, tendo essa temática sido apoiada de diversas formas pelo Departamento de Direitos Humanos.

A transformação de conflitos nessa área é algo muito complexo. A transformação desse tipo de situações não é possível nem através de projetos isolados nem apenas através de determinados instrumentos da gestão de conflitos. Aqui é necessário reunir várias ações, que à primeira vista só indiretamente têm a ver com a transformação de conflitos, como o combate à corrupção, a proibição do comércio ilegal com matérias primas ou o fortalecimento das estruturas e do poder de negociação da população.

O seu potencial transformador mostrou-se em sua interação em determinadas regiões especialmente atingidas por essa problemática. Partindo de amplas análises e de uma perspectiva geral, há necessidade de trabalhos e atividades em diversos “palcos”. Aqui há muitos pontos em comum, mas também há necessidade de novas alianças.

As organizações parceiras já reconheceram as inter-relações entre a paz ou conflitos armados e as indústrias extrativistas, tendo desenvolvido estratégias em diversos níveis. Os parceiros são qualificados em muitas áreas relevantes (análise, documentação de violações de direitos humanos, desenvolvimento de estratégias; instrumentos internacionais para a exigir responsabilidade empresarial, etc.) e têm a possibilidade de usar serviços de consultoras/es e advogadas/os que eles próprios escolhem. Também já estão ligados em rede no plano nacional, regional e internacional. Por outro lado, as multinacionais de matérias primas tornam-se mais sensíveis para as necessidades e os potenciais das populações locais em questão. Elas aceitam o diálogo com organizações de desenvolvimento experientes.

Uma meta intermediária a longo prazo deverá ser que a indústria de processamento e o comércio na Alemanha

assumam co-responsabilidade pelas condições em que as matérias primas são produzidas. Como resultado, é necessário que os padrões internacionais (diretrizes OCDE, processos de certificação, transparência dos fluxos de pagamento) sejam mais rigorosos e que sejam exigidos às empresas e aos bancos. São necessárias medidas para combater a corrupção de forma eficaz e garantir o financiamento do desenvolvimento através das receitas das indústrias extrativistas. Em todas as fases da exploração de matéria prima deverão ser usados instrumentos adequados para amplo informação e a participação da população. Isso inclui a criação de fóruns de diálogo, nos quais os atingidos possam negociar diretamente com os atores dos projetos de extração.

Para a Diaconia Ecumênica coloca-se a tarefa de desenvolver ativamente o trabalho de advocacia, lobby e de pesquisa das redes. Ela pode apoiar iniciativas específicas de pesquisa e intercâmbio de parceiros, que esclareçam os contextos e permitam desenvolver os instrumentos. Por parte da Diaconia Ecumênica pode ser retomado o diálogo com multinacionais sobre aspectos específicos (desenvolvimento e prevenção contra a violência) no âmbito de redes (Fatal Transactions ou AG gás natural Chade-Camarão).

6 Do quadro de orientação para a ação

Face à violência e à intensificação de conflitos, a Diaconia Ecumênica reafirma o seu empenhamento em prol da paz e justiça. Pretende contribuir com todas as possibilidades de que dispõe para que a violência seja superada e os conflitos sejam resolvidos de forma construtiva. Considera a transformação de conflitos como um processo no qual não se obtêm soluções rápidas, mas em que a carência é aliviada e novos relacionamentos são criados, a verdade se revela e o perdão se torna possível, instituições são criadas, o diálogo sobre normas e valores é possível, competências são criadas e a esperança é gerada.

Com este processo de reflexão e diálogo a Diaconia Ecumênica iniciou um caminho que deverá ultrapassar aquilo que os departamentos já hoje realizam em conjunto com os seus parceiros nos conflitos. Trata-se de um processo aberto, sustentado pela consciência da diferença dos mandatos e das tarefas. Neste processo a Diaconia Ecumênica assume a obrigação de encarar o desafio em situações de conflito e enfrentá-lo com uma abordagem de transformação, ação coerente e a máxima sinergia. Ela tem consciência de que só pode prestar uma pequena contribuição, mas que essa contribuição pode ser aumentada consideravelmente se os potenciais forem usados e desenvolvidos de forma inteligente.

O quadro de orientação pretende incentivar o desenvolvimento de medidas concretas nos diversos campos de ação, já que um quadro de orientação não substitui a ação. O próximo passo no processo será o desenvolvimento de planos que mostram como, em situações concretas de conflito, os vários módulos do quadro de orientação podem ser colocados em prática. O estabelecimento de prioridades será uma tarefa central também para o planejamento anual e o planejamento estratégico previsto. As prioridades regionais e temáticas estabelecem-se no âmbito do diálogo com os parceiros. Para que uma prioridade se desenvolva a partir de um desafio específico terão que ser alocados recursos especificamente para o trabalho temático. A fim de intensificar o diálogo

com os parceiros, o quadro de orientação deverá ser traduzido para os quatro idiomas de trabalho da Diaconia Ecumênica.

O diálogo com os parceiros, as experiências na prática, mas também as alterações das condições gerais tornarão necessárias alterações ao quadro de orientação.

Prioridades regionais

A descrição das prioridades regionais deverá ilustrar a diversidade do trabalho. Além dos países e das regiões descritas existe ainda uma série de projetos individuais e programas, realizados em contextos de conflitos violentos ou que pretendem contribuir diretamente para superar a violência. O projeto internacional “Superar a violência doméstica” contribuiu, por exemplo, para o engajamento de muitos parceiros nessa temática. No texto que se segue apenas são apresentados alguns exemplos.

1. África

As causas dos diversos conflitos em África são múltiplas e bastante distintas nas diferentes regiões. Mesmo assim, há fatores de conflito que aparecem em muitos países e causam conflitos ou contribuem para a sua intensificação:

- A fraqueza (ou falta) de instituições democráticas: a usurpação do poder político por pequenos grupos e, através disso, a exclusão da maioria da população da participação política provoca conflitos em muitos países de África. Em muitos países há conflitos pelo direito à auto-determinação de grandes grupos de população e regiões, devido à ampla marginalização de regiões e grupos étnicos. A falta de possibilidades de participação política, falta de um estado de direito, impunidade e corrupção incentivam o uso da violência.

- A forte dependência dos países de matérias primas valiosas (recursos naturais, petróleo etc.): a exploração legal e ilegal de matérias primas contribui de forma múltipla para a intensificação de conflitos existentes. Especialmente nestes conflitos, os interesses de estados e empresas de outros continentes estão intimamente ligados, complicando a busca de vias para gerir os conflitos sem violência. A cultura relativamente nova, mas rapidamente crescente de plantas para a obtenção de agro combustíveis irá provavelmente aumentar a pobreza absoluta de muitas pessoas, aumentando assim o potencial de conflito.

- A grande pobreza e o baixo nível de educação: a crescente escassez de recursos naturais como terra, água, alimentos e os recentes aumentos de preço para alimentos aumentam a pobreza e, com isso, o potencial de conflito. A falta de educação e de perspectivas incentivam a disposição para a violência e o interesse nos “artifícios de guerra”, especialmente por parte dos jovens.

Perfila-se outra escalada de conflitos violentos em diferentes regiões (Corno na África, África Central com o Chade e o Sudão, Grandes Lagos com o Congo, Zimbábue na África Austral). Por isso, é necessário que “Brot für die Welt” apoie as atividades de gestão de conflitos na região, mas ao mesmo tempo deve também apoiar e qualificar o trabalho internacional de lobby, para dar voz à sociedade civil no sul.

Nos países de pós-guerra e em situações instáveis, o trabalho concentra-se na prevenção da violência, apoiando a criação de estruturas democráticas, reconciliação e desenvolvimento (programas de desenvolvimento, reintegração de crianças soldados, tratamento de traumas, trabalho de direitos humanos, treinamento em gestão não-violenta de conflitos, programas para superar a violência doméstica, iniciativas contra a mutilação genital, reivindicação e proteção de direitos da terra), por exemplo, em Serra Leone, Uganda, Togo, Níger, Angola, África do Sul, Burundi, Ruanda, Zimbábue.

As prioridades regionais do trabalho situam-se nas grandes regiões do Corno de África, na região dos Grandes Lagos, em partes da África Central (Chade, Sudão-Darfur, a República Centro-Africana) e no Quênia. Os conflitos aí existentes estão regionalmente interligados e possuem todos uma forte dimensão internacional. Portanto, são apoiadas e realizadas medidas em todas as dimensões de ação.

No Sudão, o “Sudan Ecumenical Forum” e o “Sudan Focal Point” cooperam com as igrejas sudanesas e com organizações não-governamentais para colocar em prática o acordo de paz, a reivindicação do direito de soberania, pela reconciliação e por uma paz justa e duradoura. A tematização dos conflitos resultantes da exploração de petróleo e o empenhamento por um uso sensato e justo

dos recursos de petróleo são o enfoque do trabalho da European Coalition on Oil no Sudão (ECOS).

Na Etiópia, o enfoque da gestão de conflitos se mostra no apoio a organizações que contribuem para a educação democrática ou para o trabalho em prol dos direitos humanos.

Na Somália é mais difícil encontrar pontos de contato diretos. Aqui, continuamos tentando contribuir para soluções pacíficas, especialmente através do apoio ao diálogo temático inter-religioso entre personalidades líderes cristãs e muçulmanas.

No Quênia trata-se primeiramente de conseguir uma melhor compreensão das situações ocorridas no início de 2008, incluindo o papel da Igreja nesse conflito. O objetivo é possibilitar, com medidas adequadas, a reconciliação, o tratamento de traumas e de causas sócio econômicas básicas. Aqui, os parceiros de cooperação são especialmente o Conselho Nacional das Igrejas (NCCK), a associação regional dos Conselhos Cristãos no Corno de África e a área dos Grandes Lagos (FECCLAHA) e a Nairobi Peace Initiative (NPI).

Durante a crise ocorrida no Chade em início de fevereiro de 2008, as relações de longa data mostraram a sua importância. Elas possibilitaram que defensoras/es de direitos humanos e os promotores da paz pudessem ser protegidos e o trabalho de advocacia na UE, nos EUA e na Suíça pudessem ser mobilizados atempadamente.

O trabalho com Darfur/Sudão, o Chade e a República Centro-Africana está continuamente interligado, sendo o apoio às iniciativas ecumênicas um componente importante. Como complemento, continua tendo grande importância o trabalho da rede de petróleo Chade-Camerões.

Sob o teto da All African Conference of Churches atua em toda a região um programa ecumênico para a paz e advocacia no Corno de África, no Quênia e na região dos Grandes Lagos. Enfoques importantes desse programa são a presença ecumênica e missões de paz, o trabalho inter-religioso para a paz e reconciliação, a criação

de competências de personalidades religiosas e a criação de bases para a advocacia e o diálogo entre as religiões e a política.

Na África do Sul, a “Treatment Action Campaign” é um exemplo de como lidando de forma mais enérgica mas construtiva com conflitos se podem conseguir melhorias sustentáveis. A campanha intensificou o conflito entre portadores de HIV e o governo. Mediante processos judiciais, manifestações e uma campanha de desobediência civil foi possível mudar a política do governo e a África do Sul já criou e aprovou uma estratégia nacional de prevenção e tratamento de HIV bem elaborada.

Para a Diakonie Katastrophenhilfe, o enfoque regional da atual estratégia de apoio é em África. Os principais países apoiados em África são atualmente a Somália, o Sudão (Darfur e o Sul do Sudão) e a República Democrática do Congo.

As principais prioridades do apoio em termos de conteúdo são a ajuda de emergência para a sobrevivência de vítimas de conflitos violentos como, por exemplo, aos fugitivos internos e a reabilitação da capacidade de auto-subsistência através da agricultura ou serviços básicos na área de saúde e educação.

Em conjunto com a ACT International e a Caritas, a Diakonie Katastrophenhilfe trabalha num programa para fugitivos (Darfur Emergency Response Operation DERO), no qual o tratamento de traumas, a formação de treinadores para o trabalho de criação de paz e advocacia para a proteção da população civil e o apoio a iniciativas de paz locais têm um papel central.

2. Ásia

Em vários países da região Ásia/Pacífico a situação é caracterizada por conflitos internacionais e nacionais, sobretudo devido a lutas de minorias étnicas pela autonomia e independência políticas, assim como pelas reações dos respectivos governos e poderosos. Na maioria dos casos ocorrem importantes violações de direitos humanos e expulsões. Os serviços básicos sociais deixam de estar disponíveis.

Em muitos países da região, os conflitos manifestam-se segundo as afiliações religiosas. O grau em que a gestão de conflitos precisa de ser específica para cada conflito e depende da situação de conflito e das partes, reflete-se nos vários países prioritários. Em alguns países, especialmente no Sul da Ásia, há parceiros estabelecidos e estruturas de redes, enquanto em outros, como no Próximo Oriente, a criação de uma rede de parcerias está ainda a iniciar-se e em fase de orientação. No Próximo Oriente, mas também no Sri Lanka, a dinâmica dos conflitos exige que os enfoques do programa sejam flexíveis. De seguida referem-se resumidamente os parceiros, as redes e enfoques temáticos importantes, nos países mais atingidos por situações de conflito.

Próximo Oriente: A cooperação iniciada em 2006 com um parceiro judeu israelita (New Profile) na área de conscientização e sensibilização dentro da sociedade israelita será prosseguida, após uma fase piloto bem sucedida em 2008, estando prevista outra cooperação nesta área. Em 2007 foi desenvolvido, em cooperação com o escritório de Transferência de Funções, um projeto conjunto de “Brot für die Welt” e da Diakonie Katastrophenhilfe para apoiar as organizações parceiras na área da Palestina na transformação de conflitos, tendo uma primeira fase sido implementada. Os parceiros envolvidos foram sensibilizados em diversos planos e apoiados na gestão de conflitos. O objetivo é desenvolver suas capacidades de processamento de conflitos. Ao mesmo tempo foi realizado o levantamento das necessidades dos parceiros (com enfoque nas regiões da Palestina e Israel) sobre o tema “conflito”. Está previsto o início do diálogo sobre os temas “Gênero e Conflitos”.

Sri Lanka: A escalada do conflito provocou nos últimos anos um deslocamento das prioridades a favor da prioridade programática “Superar a violência – promover a democracia”. Todos os projetos programados contém parcial ou exclusivamente esse enfoque. Esses projetos deverão contribuir especialmente para o fortalecimento de estruturas da sociedade civil que combatem a discriminação e lutam por um estado democrático e pela manutenção dos direitos civis e humanos. Nesse contexto, é necessário considerar a situação cada vez mais difícil dos refugiados. Um elemento importante do trabalho de

direitos humanos e para a paz é o trabalho de advocacia internacional, tendo para isso sido criada uma boa base através da cooperação entre ONGs alemãs e europeias.

No Sri Lanka o enfoque da Diakonie Katastrophenhilfe é o apoio a refugiados internos recém expulsos (Batticaloa, Mannar) e o apoio aos retornados (Batticaloa).

No Bangladesh prossegue a colaboração com o Foro Bangladesh com o objetivo de fortalecer a sociedade civil e um trabalho de advocacia conjunto. O complexo temático “violência contra mulheres – violência doméstica – direitos das mulheres” é parte integrante de um diálogo temático mais abrangente com o objetivo de integrar medidas para superar a violência contra mulheres e suas consequências (por exemplo, no contexto da feminização do HIV/Aids) nas medidas de desenvolvimento.

Na Indochina a superação da violência doméstica é focada em muitos programas. O vínculo entre a violência doméstica, a desigualdade entre os gêneros, o risco de HIV/Aids e o tráfico de mulheres como violação dos direitos humanos é cada vez mais tratado nos projetos.

Na Índia, a superação da discriminação de Dalits – são os chamados “intocáveis” – e a violência contra as mulheres, assim como a discussão com parceiros sobre a violência por motivos religiosos ou étnicos continua no centro da cooperação. No âmbito das atividades da rede internacional de Dalit prossegue a campanha contra as atrocidades contra os Dalits (especialmente contra as mulheres Dalit).

O apoio a projetos e o trabalho de advocacia no plano nacional e internacional são realizados em conjunto. Aqui são utilizados diversos instrumentos das instituições de direitos humanos das Nações Unidas (Universal Periodic Review, Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial CERD, Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres CEDAW, Comitê de Direitos da Criança e Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais).

O trabalho para a realização dos direitos humanos dos Dalits e contra a sua discriminação e marginalização so-

cial é um exemplo de um conflito assimétrico, no qual um grupo da sociedade é marginalizado de tal forma que fica impossibilitado de fazer ouvir a sua opressão, exploração e a marginalização.

Através do trabalho de empoderamento e advocacia as injustiças foram divulgadas ao público. Isso provocou inicialmente uma certa intensificação de um conflito que até esse momento era latente. Mas somente dessa forma foi criada a base para a sua transformação. A desigualdade social, a injustiça, a negligência e a marginalização foram tornadas públicas; a reivindicação da participação social e a distribuição do poder ficaram claras e, dessa forma, negociáveis.

O desafio específico na transformação de conflitos consiste em ter em atenção que, nesse processo de intensificação consciente, todos os passos sejam isentos de violência e se encontrem caminhos construtivos para a transformação.

As exposições “Peace Counts – Aprender a fazer a paz” e “Rosenstraße 76 – Superar a violência doméstica” serão adaptados pelos parceiros à situação na Índia e serão usados para o trabalho de pedagogia da paz.

Filipinas: “Brot für die Welt” tornou-se membro da “Aliança de Direitos Humanos nas Filipinas”, apoiada por diversas agências de cooperação alemãs, que se engaja em favor do trabalho de advocacia e lobby contra os homicídios políticos. Uma mesa redonda sobre o tema “Gestão Civil de Conflitos”, com parceiros de Mindanao, contribuiu para uma melhor interligação dos parceiros em rede e o intercâmbio sobre as suas respectivas prioridades. A colaboração com a rede Peace Counts e o Instituto para a Pedagogia da Paz permite intensificar o diálogo, a qualificação, a pedagogia da paz e o trabalho público.

Com a Kadtuntaya Foundation (KFI), “Brot für die Welt” possui um parceiro que, como organização de desenvolvimento, enfrenta o desafio do conflito e da violência, tendo desenvolvido uma alta competência na área da transformação de conflitos. A KFI ajuda a população a entrar em acordo com as partes em guerra sobre zonas de paz.¹⁹

Em 2007, ao reacender-se o conflito em Mindanao, parceiros da Diakonie Katastrophenhilfe prestaram ajuda humanitária a civis que se encontravam entre as frentes de guerra.

3. América Latina

Na América Latina, muitos conflitos violentos ocorrem devido à desigualdade extrema na distribuição de recursos (distribuição de terras e recursos naturais) e de renda e/ou devido a formas de governo não democráticas. As consequências das ditaduras na América Central (especialmente na Guatemala, em El Salvador e na Nicarágua), e também no Sul (sobretudo no Chile, na Argentina, no Uruguai, no Paraguai e no Brasil) ainda hoje se fazem sentir.

A confrontação crítica com as violações dos direitos humanos ocorridas no passado foi, em muitos casos, insuficiente ou incompleta, e ainda hoje em muitos países os crimes não são suficientemente sancionados pelo respectivo governo. Atualmente aumenta o potencial de conflito, devido à crescente pobreza de grandes grupos da população, na sequência do aumento de preços dos alimentos. Isso é uma consequência direta do uso de áreas agrícolas cada vez maiores para a produção de forragem para animais e agro-combustíveis para a exportação.

Nos países prioritários abaixo mencionados, “Brot für die Welt” não só apoia projetos mas também a interliga-

¹⁹ A KFI conseguiu, juntamente com outros, o que parecia impossível: Guiamel Alim relatou no Dia Internacional da Paz em 21/09/2007 em Bonn: “As pessoas estavam fartas da guerra e procuraram saídas.” Uma idéia surgida foi que as lutas deveriam cessar pelo menos nas áreas de algumas comunidades. “Foi necessário fortalecer as pessoas e nós as apoiamos nisso: tiveram que compreender a sua situação. Tiveram que desenvolver idéias, de como o futuro deveria ser. Tiveram que ter coragem para enfrentar os seus inimigos. E finalmente abordaram as forças militares e disseram: queremos declarar nossa comunidade uma zona de paz.” Negociaram com os militares e revolucionários que não queriam isso, mas depois se deixaram convencer.

ção em rede local e faz advocacia a nível da Alemanha e da Europa, em conjunto com outras organizações.

No Brasil, já há anos que o tema da violência contra jovens e de jovens é latente, tendo-se porém agravado ultimamente, especialmente nas cidades. Por isso, “Brot für die Welt” empenha-se ainda mais fortemente para mostrar aos jovens em situações de pobreza uma perspectiva para saírem da violência e, por outro lado, para apoiar as entidades estatais na aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (existente já há 18 anos) ou a divulgar as suas violações e a sensibilizar para as causas sociais e econômicas da violência.

Tanto o México como a Guatemala são países em que o trabalho em prol da transformação de conflitos tem grande prioridade. Nesses países, é frequente os direitos indígenas não serem respeitados e os protestos serem oprimidos com violência. No México constata-se um número crescente de violações de direitos humanos mediante expulsões ocorridas no âmbito de mega-projetos planejados. Movimentos que exigem a justiça social e o respeito pelos direitos humanos são criminalizados e oprimidos. A violência racista e violência de gênero contra mulheres acontecem com frequência. Em todos os países da América Central registram-se com grande frequência homicídios de mulheres. Existe uma alta taxa de violência doméstica, violência contra jovens e de jovens e até mesmo a formação de quadrilhas.

Em ambos os países há abordagens para a transformação de conflitos e trabalho de reconciliação. A igreja católica, algumas igrejas evangélicas (por exemplo, ILUGUA) e algumas organizações de direitos humanos (SERAPAZ Mexico, Fundación Myrna Mack Guatemala) desenvolvem alternativas e se empenham na confrontação crítica com o passado, na mediação de situações concretas de conflito, no fortalecimento de grupos marginalizados da população e de vítimas de violência e na criação e no fortalecimento de instituições que possibilitam a resolução de conflitos sem violência (legislação, criação de provedores de justiça, comitês de direitos humanos, pontos de contato para mulheres indígenas, organizações de participação ao nível local).

Há mais de 40 anos a Colômbia é palco de um dos conflitos políticos mais sangrentos do mundo. Grupos paramilitares, militares e guerrilheiros lutam pelo poder e controle territorial e político. Grande parte do conflito é financiado através do tráfico de drogas praticado por quase todos os participantes. É de referir a situação precária e difícil do maior grupo de vítimas, os mais de 3,5 milhões de deslocados internos.

A violação sistemática de direitos humanos e o alto nível de impunidade (quase 97%) são confirmados pelos relatórios de direitos humanos das Nações Unidas. Atores militares e paramilitares cometem crimes contra a população civil. O terror e o controle são exercidos sobretudo contra a população rural e suas terras férteis, com o objetivo de realizar mega-projetos da indústria agrária (pecuária, cultura de palmas para a produção de óleo, cacau e bananas) e de exploração de minério. As organizações guerrilheiras violam constantemente o direito internacional humanitário, principalmente através do recrutamento obrigatório, sequestro de pessoas civis e assaltos a instituições civis (cabos elétricos e pipelines etc.).

Partindo do trabalho sobre o complexo conflito existente na Colômbia foi desenvolvido o “Programa especial Colômbia”, um programa de “Brot für die Welt”, no âmbito do qual são divulgadas a situação e as necessidades dos parceiros, contribuindo assim para a proteção das organizações parceiras. Para o programa especial foram expressamente criadas sinergias entre os departamentos e as equipes da Diaconia Ecumênica, sobretudo entre o apoio a projetos, a advocacia e o trabalho de publicidade.

Na Colômbia, “Brot für die Welt” apóia muitas organizações de direitos humanos com o objetivo de melhorar a situação nessa área. Coletivos de advogados defendem em especial grupos desfavorecidos, como afro-colombianos/os e indígenas. Os direitos ao território, à alimentação e à cultura são defendidos juridicamente no plano nacional e internacional e a impunidade é combatida.

Em algumas regiões são apoiadas comunidades que tentam, com meios pacíficos, estabelecer zonas de paz, de-

fendendo assim a sua terra e os seus direitos. São ainda apoiadas iniciativas de jovens que tematizam os direitos dos jovens através de divulgação pública e trabalho de lobby político. Outro aspecto de grande importância que faz parte do apoio de “Brot für die Welt” na Colômbia é o trabalho em rede que os parceiros realizam a nível regional e nacional.

A reconstrução e o fortalecimento da rede social e a articulação conjunta têm um papel importante. A Coordenação Colombiana de Direitos Humanos trabalha estreitamente com as redes europeias e alemãs. “Brot für die Welt” participa nas atividades de lobby a nível alemão e europeu.

Na América Latina a Diakonie Katastrophenhilfe apoia especialmente projetos na Colômbia e no Haiti. Na Colômbia (que tem o maior número de refugiados internos após o Sudão), a Diakonie Katastrophenhilfe esforça-se por fortalecer, com a sua ajuda humanitária, mecanismos de proteção que possibilitam a sobrevivência dos grupos mais ameaçados da população. Ao mesmo tempo ela acompanha processos para o trabalho de traumas e empenha-se no diálogo com organizações das Nações Unidas em prol do respeito do direito humanitário internacional. No Haiti, a Diakonie Katastrophenhilfe apoia a melhoria da situação alimentar dos grupos mais pobres da população.

Bibliografia

Documentos básicos e relatórios eclesiais

- Evangelische Kirche in Deutschland (1973): Der Entwicklungsdienst der Kirche, ein Beitrag für Frieden und Gerechtigkeit in der Welt. Eine Denkschrift der Kammer der Evang. Kirche in Deutschland für Kirchlichen Entwicklungsdienst, Gütersloh
- Evangelische Kirche in Deutschland (2002): Richte unsere Füße auf den Weg des Friedens. Gewaltsame Konflikte und zivile Interventionen am Beispielen aus Afrika. Herausforderungen für kirchliches Handeln. Eine Studie der Kammer der EKD für Entwicklung und Umwelt. Hannover
- Evangelische Kirche in Deutschland (2007): Aus Gottes Frieden leben – für gerechten Frieden sorgen. Eine Denkschrift des Rates der Evangelischen Kirche in Deutschland, Gütersloh
- Gemeinsame Konferenz Kirche und Entwicklung GKKE (Hrsg.) (1995): Konfliktschlichtung und Friedenskonsolidierung: Dokumentation der Internationalen Fachtagung über Konfliktschlichtung und Friedenskonsolidierung (31.3. – 4.4.1995, Bonn). Erfahrungen aus Mesoamerika, Horn von Afrika und Mosambik. Gemeinsame Konferenz Kirche und Entwicklung. Bonn
- Mavunduse, Diana/Simon Oxley (2002): Why Violence? Why Not Peace? A study guide to help individuals and groups in the churches to reflect and act in the Decade to Overcome Violence. Geneva: WCC Publication

Orientações e documentos internos da Diaconia Ecumênica

- Brot für die Welt (Hrsg.) (1998): Sektorpapier „Friedensförderung/Versöhnung, Konfliktschlichtung, Civic Education“. Stuttgart
- Lottje, Werner (1994): Handlungsmöglichkeiten humanitärer Organisationen in bewaffneten Konflikten. Stuttgart
- Projektgruppe Zivile Konfliktbearbeitung für „Brot für die Welt“ und Diakonie Katastrophenhilfe (2006): Handreichung zur Konfliktanalyse. Erstellt von Barbara Müller und Martin Petry. Stuttgart
- Projektgruppe Zivile Konfliktbearbeitung für die Ökumenische Diakonie (2007): Handreichung: Umgang mit dem Thema „Trauma“ in der Ökumenischen Diakonie. Erstellt von Monika Wucherpfennig und Ellen Gutzler. Stuttgart
- Projektgruppe Zivile Konfliktbearbeitung für die Ökumenische Diakonie (2008): Training Institutes for Conflict Transformation and Peacebuilding. Compiled for internal use. Erstellt von Martin Petry and Cathrine Schweikardt. Stuttgart
- Team Grundsatz und Entwicklung für „Brot für die Welt“ und Diakonie Katastrophenhilfe (2006): Konflikt und Gender. Eine Handreichung. Erstellt von Barbara Müller. Stuttgart
- Team Menschenrechte für die Ökumenische Diakonie (2006): Begriffe der Zivilen Konfliktbearbeitung. Glossar für Mitarbeiterinnen und Mitarbeiter der Ökumenischen Diakonie. Erstellt von Sophia Wirsching und Martin Petry. Stuttgart
- Team Menschenrechte für die Ökumenische Diakonie (2007): Menschenrechts- und Friedenspreise als Instrumentarium für die Menschenrechts- und Friedensarbeit. Erstellt von Nicole Däuerling und Martin Petry. Stuttgart

Posicionamentos da Diaconia Ecumênica

- Brot für die Welt, EED (2007): Genderstrategiepapier. Stuttgart/Bonn
- Brot für die Welt, EED, Misereor (2003): Entwicklungspolitik im Windschatten militärischer Interventionen?

- Gemeinsames Positionspapier der kirchlichen Hilfswerke. Stuttgart (u.a.)
- Deutscher Caritasverband, Diakonisches Werk der EKD (2004): Gemeinsame Erklärung Caritas international und Diakonie Katastrophenhilfe, Stuttgart/Freiburg
- Diakonie Katastrophenhilfe (2003a): Grundlagen der Arbeitsweise. Stuttgart
- Diakonie Katastrophenhilfe (2003b): Mission Statement. Stuttgart
- Diakonisches Werk der EKD e.V. für die Aktion „Brot für die Welt“ (2000): Den Armen Gerechtigkeit 2000 – Herausforderungen und Handlungsfelder. Stuttgart
- International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies and the International Committee of the Red Cross: Code of Conduct for NGOs in Disaster Relief. The International Committee of the Red Cross. Online: www.gdrc.org/ngo/codesofconduct/ifrc-codeconduct.html (Stand: 30.10.2008)

Publicações e cadernos temáticos

- Arbeitsgemeinschaft Kirchlicher Entwicklungsdienst (Hrsg.) (1999): Frieden muss von innen wachsen. Zivile Konfliktbearbeitung in der Entwicklungszusammenarbeit. Werkstattbericht der kirchlichen Hilfswerke Brot für die Welt, Dienste in Übersee, Evangelisches Missionswerk, Evangelische Zentralstelle für Entwicklungshilfe, Kirchlicher Entwicklungsdienst und Misereor. Bonn/Stuttgart
- Brot für die Welt in Zusammenarbeit mit dem Arbeitskreis Pädagogik und dem Institut für Friedenspädagogik Tübingen e. V. (Hrsg.): GLOBAL LERNEN, Service für Lehrerinnen und Lehrer. Verschiedene Themen: Humanitäre Interventionen, 3-07; Versöhnung, 2-06; Gewaltprävention, 3-05; Fair Play For Fair Life, 2-05; Erdöl und Menschenrechte, 1-02; Terrorismus und gerechte Weltordnung, 2-01; Kleinwaffen, 3-00; Konstruktive Konfliktbearbeitung 3-99; ÖRK – Überwindung von Gewalt 3-98
- Brot für die Welt (2000): Principles for the conduct of company operations within the oil and gas industry with particular emphasis on ecologically and socially sensitive areas. A Discussion Paper. Stuttgart 2000. Online: www.brot-fuer-die-welt.de/downloads/Principles_for_the_conduct.pdf (Stand: 30.10.2008)
- Diakonisches Werk der EKD (Hrsg.) (2007): Häusliche Gewalt überwinden: Eine globale Herausforderung – Erfahrungen und Empfehlungen aus dem internationalen Projekt. Stuttgart
- Global Policy Forum Europe (2007): Mehr Transparenz für mehr Entwicklung. Rohstoffkonzerne und Regierungen in der Pflicht. Herausgegeben vom Diakonisches Werk der Evangelischen Kirche in Deutschland e.V. für die Aktion „Brot für die Welt“ und Misereor Aachen/Bonn/Stuttgart, Online: www.brot-fuer-die-welt.de/downloads/Broschuere_Transparenz.pdf (Stand: 30.10.2008)
- Jäger, Uli (1996): Soft power. Wege ziviler Konfliktbearbeitung. Ein Lern- und Arbeitsbuch für die Bildungsarbeit und den Unterricht. Hrsg. von Brot für die Welt, Verein für Friedenspädagogik Tübingen e.V., Stuttgart und Tübingen
- Jäger, Uli/Günther Gugel (2000): Streitkultur, Konflikteskalation und Konflikttransformation. Eine Bilderbox und Plakatserie. Brot für die Welt und Verein für Friedenspädagogik, Tübingen
- Kirchlicher Herausgeberkreis Jahrbuch Gerechtigkeit (2006): Reichtum – Macht – Gewalt: Sicherheit in Zeiten der Globalisierung. (Jahrbuch Gerechtigkeit 2). Oberursel: Publik-Forum-Verlag
- Ökumenisches Netz Zentralafrika und Forum Menschenrechte (Hrsg.) (2007): Von der Gewalt- zur Friedensökonomie. Deutsche Unternehmen in der Demokratischen Republik Kongo
- Robinson, Clive (2005): Wessen Sicherheit? Zusammenführung und Eigenständigkeit der Sicherheits- und der Entwicklungspolitik der Europäischen Union. Eine Untersuchung im Auftrag der Association of World Council of Churches related Development Organisations in Europe (APRODEV). Stuttgart: Brot für die Welt; Bonn: EED

Bibliografia

Verein zur Förderung der entwicklungspolitischen Publizistik e.V. (2007a): Bodenschätze – Wirtschaftsfaktor oder Konfliktpotenzial. Dritte Welt Informationen. In Kooperation mit Brot für die Welt. Frankfurt/Main

Verein zur Förderung der entwicklungspolitischen Publizistik e.V. (2007b): Extractive industries and civil society – Africa is not for sale. Eins Entwicklungspolitik. In Kooperation mit Brot für die Welt. Frankfurt/Main

Literatura especializada

Anderson, Mary/Lara Olson (2003): Confronting War: Critical Lessons for Peace Practitioners. Reflecting on Peace Practice Project, CDA Collaborative for Development Action, Cambridge

Fischer, S./I. Dekha, I. et al. (2000): Working with Conflict – Skills and Strategies for Action. London

Lederach, John Paul (1997): Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies, Herndon, VA: USIP Press

Plattform Zivile Konfliktbearbeitung (2007): Handreichung Transitional Justice

Weingardt, Markus A. (2007): Religion Macht Frieden: Das Friedenspotential von Religionen in politischen Gewaltkonflikten. Stuttgart: Kohlhammer



Diakonisches Werk der
Evangelischen Kirche
in Deutschland e.V.
für die Aktion „Brot für die Welt“
Postfach 10 11 42
70010 Stuttgart
Staffenbergstraße 76
70184 Stuttgart

Telefon: 0711/2159-568
E-Mail: info@brot-fuer-die-welt.de
www.brot-fuer-die-welt.de